

# PARÁ Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ (FIEPA) • ANO 3 • Nº 14 • NOV / DEZ 2010 • JANEIRO 2011

## Logística é prioridade

Depois de esperar quase 30 anos, setor produtivo comemora a inauguração das eclusas de Tucuruí, porém é preciso fazer mais, como aponta o estudo Norte Competitivo, que lista 34 prioridades logísticas para a Amazônia

# O SENAI oferece mais competitividade à sua empresa

Se a sua indústria pretende se destacar no mercado, você precisa conhecer os serviços e ações que o SENAI oferece.

**Qualificação Profissional**

**Aprendizagem Industrial**

**Aperfeiçoamento**

**Cursos sob medida**

**Cursos Técnicos**

**Pesquisa**

**Assessoria**

**Serviços Técnicos e tecnológicos**



Faça uma parceria com o SENAI e saia ganhando como a Vale. A maior mineradora do Pará qualificou cerca de 7 mil profissionais para atender projetos como a Alpa, em Marabá e Grande Carajás, em Canaã dos Carajás. A expectativa é que 13 mil pessoas recebam treinamento e capacitação em 2011 na região.

Em 2011, o SENAI pretende realizar 41 mil matrículas nos mais de 200 cursos profissionalizantes ofertados em 13 unidades espalhadas no Pará.

Saiba mais em: [www.senai.br](http://www.senai.br)

**SENAI, há mais de 50 anos investindo em educação tecnológica no Pará.**

Informações: (91) 4009-4761



**SENAI**



## INOVAÇÃO É O CAMINHO PARA A COMPETITIVIDADE

A inovação é a solução para muitos dos nossos atuais gargalos, haja vista que através das estratégias inovadoras as indústrias conseguem transformar as potencialidades naturais em instrumentos de competitividade, aumentando sua produtividade, obtendo ganhos reais de faturamento, além de dar maior sustentabilidade à atividade produtiva. Inovar é transformar ideias em valor, por isso temos que ter a inovação como prioridade estratégica dentro de nossas empresas.

As grandes economias mundiais já deram este importante salto. Precisamos chegar junto, competir em condições isonômicas e, para isso, a inovação deve ser vista como parte obrigatória das estratégias empresariais.

Inovar não é só para grandes empresas, afinal, a Vale, por exemplo, se tornou grande apostando na inovação. Portanto, micro, pequenas e médias empresas também devem ter a inovação como norte para o crescimento produtivo. Sejam mais ambiciosos e ousados. É hora de inovar e não somente na parte tecnológica, mas sim na gestão de nossas empresas, na linha de produção e até mesmo em medidas criativas que deem melhores condições de trabalho para nossos colaboradores.

Temos possibilidades para nos equipararmos a outras regiões brasileiras e até mesmo chegarmos a obter reconhecimento mundial. Somos beneficiados por estarmos numa região onde as potencialidades naturais são imensas, no entanto, precisamos saber usá-las melhor, tirando proveito e transformando-as em mais riquezas.

Dados da Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, apontam que o percentual de indústrias brasileiras inovadoras cresceu consideravelmente nos últimos oito anos, saltando de 31,5% em 2000, para 38,1% em 2008. No entanto, ainda estamos aquém dos nossos concorrentes no mercado mundial. Dentre os países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), nossos investimentos na área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) são inexpressivos se comparados às outras três nações emergentes.

O estudo Global Innovation 1000, da consultoria Booz & Company, aponta que China e Índia elevaram

em 41,8% seus investimentos em P&D. E são exatamente estes países que vêm ganhando visibilidade no mercado mundial. É bom termos a clareza de que o processo de inovação não é mais uma escolha. Se quisermos permanecer no mundo dos negócios, necessitamos estabelecer medidas inovadoras como o motor central do desenvolvimento econômico, focando cada vez mais na pesquisa, no crescimento industrial e sua interação com as condições econômicas e sociais presentes em nosso Estado.

Autor do livro “As vantagens competitivas das nações”, Michael Porter enfatiza em sua pesquisa que a vantagem que um país, região ou localidade adquire está relacionada intimamente com sua capacidade de apren-

**China e Índia elevaram em 41,8% seus investimentos em P&D. E são exatamente estes países que vêm ganhando visibilidade no mercado mundial.**

dizado e inovação. Por isso, a Confederação Nacional da Indústria, em parceria com o Sistema Sebrae, criou o Programa de Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), que tem o desafio de estimular as empresas brasileiras a entrarem nessa rota da inovação.

É importante destacar que a indústria paraense, por meio de incentivos do IEL/Pará, foi a primeira na Região Norte a implementar o Núcleo de Inovação linkado à rede de inovação da CNI, que já passa a atuar em nível nacional, prestando consultoria na área de inovação para as empresas locais. Temos uma meta ousada: nos próximos quatro anos, dobrar o número de empresas paraenses que desenvolvem processos sistêmicos e sistemáticos de inovação. Através do Núcleo Paraense de Inovação, estrutura que ficará sediada no nosso IEL, esperamos que as empresas paraenses deem exemplo para todo o Brasil.

É preciso crescer e a inovação é, sem dúvida, uma importante ferramenta que possibilita o desenvolvimento sustentável da atividade produtiva, além de nos garantir maior competitividade no mercado regional, nacional e mundial. ■



Diretoria da Federação das Indústrias do Pará / FIEPA  
Quadrênio 2010/2014

#### PRESIDENTE

José Conrado Azevedo Santos

#### VICE-PRESIDENTES

Shydney Jorge Rosa • 1º Vice-Presidente  
Gualter Parente Leitão • 2º Vice-Presidente  
Manoel Pereira dos Santos Júnior  
Nilson Monteiro de Azevedo  
Roberto Kataoka Oyama  
Luiz Carlos da Costa Monteiro  
Hélio de Moura Melo Filho  
José Maria da Costa Mendonça  
Luiz Otávio Rei Monteiro  
Juarez de Paula Simões  
Marcos Marcelino de Oliveira

#### SECRETÁRIOS

Elias Gomes Pedrosa Neto • 1º Secretário  
Antonio Djalma Souza Vasconcelos • 2º Secretário

#### TESOUREIROS

Ivanildo Pereira de Pontes • 1º Tesoureiro  
Roberto Rodrigues Lima • 2º Tesoureiro

#### DIRETORIA

Carlos Jorge da Silva Lima  
Antonio Pereira da Silva  
Pedro Flávio Costa Azevedo  
Rita de Cássia Arêas dos Santos  
Cezar Paulo Remor  
Antonio Emil dos Santos L. C. Macedo  
Solange Maria Alves Mota Santos  
André Luiz Ferreira Fontes  
Raimundo Gonçalves Barbosa  
Frederico Vendramini Nunes Oliveira  
Darci Dalberto Uliana  
Fernando Bruno Barbosa  
Neudo Tavares  
Armando José Romanguera Burle  
Paulo Afonso Costa  
Nelson Kataoka

#### CONSELHO FISCAL

Efetivos:  
Fernando de Souza Flexa Ribeiro  
Luizinho Bartolomeu e Macedo  
Lisio dos Santos Capela

#### Suplentes:

José Duarte de Almeida Santos  
João Batista Correia Filho  
Mário César Lombardi

#### DELEGADOS

Efetivo junto à CNI:  
José Conrado Azevedo Santos

#### Suplentes junto à CNI:

Shydney Jorge Rosa  
Gualter Parente Leitão  
Manoel Pereira dos Santos Júnior

## PARÁ Industrial

Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado  
do Pará (FIEPA / SESI / SENAI / IEL)

#### PRODUÇÃO

**[temple]**  
COMUNICAÇÃO

Av. Conselheiro Furtado, nº 2865  
Edifício Síntese 21 - 12º andar  
Bairro São Brás | Cep: 66040-100  
[www.temple.com.br](http://www.temple.com.br) | [temple@temple.com.br](mailto:temple@temple.com.br)

#### REDAÇÃO

Coordenação: Cleide Pinheiro  
Edição: Rosana Maciel  
Projeto gráfico: Calazans Souza  
Tratamento de imagem e diagramação: Antônio Machado e Calazans Souza  
Reportagens: Adriana Ferreira, Bosco Galvão, Camila Gaia, Débora Mcdowell, Fabrício Gesta, Jones Santos, Lorena Nobre, Nathalia Petta, Roberta Paraense e Yuri Age  
Foto da capa: Tarso Sarraf  
Revisão: Ivanildo Pontes

#### PUBLICIDADE

Temple Comunicação  
Walkiria Medeiros – [walkiria@temple.com.br](mailto:walkiria@temple.com.br)  
(91) 3205-6526 / 3205-6500  
Impressão: Marques Editora  
Tiragem: 15.000 exemplares  
FIEPA: Travessa Quintino Bocaiúva, nº 1588. Cep: 66035-190.  
(91) 4009-4900 / (91) 3224-1995  
[ascom@fiepa.org.br](mailto:ascom@fiepa.org.br)

\* As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores,  
não refletindo necessariamente o pensamento da FIEPA.

### 3 • EDITORIAL

*José Conrado: a relação entre  
inovação e competitividade*

### 12 • COMÉRCIO EXTERIOR

*Missão empresarial visa aumentar  
aproximação com mercado europeu*

### 14 • ENAI

*Encontro debateu fatores que  
impactam na competitividade do Brasil*

### 16 • NEGÓCIOS

*Setor florestal vislumbra novo cenário  
com a implantação do Plano Safra*



### 20 • POLÍTICA

*A relação entre os interesses da  
indústria e o cenário político*

### 22 • PLANEJAMENTO

*Federação traça metas e ações  
para os próximos anos*

### 30 • SUSTENTABILIDADE

*Como é possível aliar desenvolvimento  
econômico e crescimento social*

### 36 • INCLUSÃO

*Programa Senai de Ações Inclusivas  
ajuda a aumentar a empregabilidade*

### 38 • ESTÁGIO

*De mão de obra barata à oportunidade  
para formação de profissionais*



# ENFIM, AS ECLUSAS

Elas são um marco no desenvolvimento logístico regional, mas ainda é preciso fazer mais, como aponta o estudo Norte Competitivo.

Pág. 24



## VITÓRIAS

Jogos Regionais do Sesi mostram a força da prática esportiva dentro das indústrias.

Pág. 40

MIGUEL ANGELO / CNI



“A carga tributária, ao redor de 40% do PIB, é um dos principais componentes do chamado custo Brasil, formado por um conjunto de fatores que encarecem o custo dos produtos brasileiros, tirando a sua competitividade nos grandes mercados mundiais e até no mercado interno.”

### ENTREVISTA

Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria. Pág. 8

### RADAR DA INDÚSTRIA • 6

FIRJAN lança campanha que alerta para o peso da carga tributária brasileira

### VIDA CORPORATIVA • 33

A ética ganha mais destaque no ambiente de trabalho

### INDÚSTRIA EM FOCO • 42

A produção de silício metálico é beneficiada com a entrega das eclusas



## IMPOSTÃO

Que a carga tributária no Brasil é alta, isto todos sabemos. Mas nem todo mundo sabe quanto o governo retém do nosso dinheiro na hora de comprar um micro-ondas, por exemplo. De acordo com a campanha Dieta do Impostão, da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), 59% do valor final pago pelo eletrodoméstico são referentes aos impostos retidos. Em média, o brasileiro tem que trabalhar quase cinco meses por ano para pagar impostos. E mais: toda a riqueza gerada pelo país chega a três trilhões de reais por ano, sendo que um terço disso equivale aos impostos pagos pelo setor produtivo e pelos consumidores.

Veja o peso da carga tributária para alguns produtos no Brasil:



FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO (IBPT)

### INCENTIVO À INDÚSTRIA

A governadora sancionou o Programa Movimento de Atração de Empresas (MAE), criado para fomentar novos investimentos no Estado. O projeto vai oferecer condições tributárias diferenciadas para empresas interessadas em se instalar no Estado ou ampliar negócios já existentes. Para alcançar esses benefícios, os interessados devem atender a algumas condições como a manutenção ou geração de empregos, prioridade na contratação da mão de obra local e atendimento à legislação ambiental em vigor. As indústrias de mineração, siderurgia e de polo metalmeccânico terão prioridade.

### NOVOS CONSULTORES

A área de consultoria está cada vez mais ganhando fôlego em Belém. O Instituto Euvaldo Lodi (IEL-PA) formou mais 30 profissionais, que irão atuar em áreas estratégicas como gestão administrativa, financeira; gestão contábil, trabalhista, entre outros. Essa é a quinta turma formada pelo Instituto. Para 2011, o IEL planeja aumentar o número de cursos ofertados ao setor produtivo no Pará.

# PETRÓLEO na Amazônia

Em novembro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) realizou, em Macapá (AP), a audiência pública de discussão do Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para o licenciamento da atividade de perfuração marítima no bloco BM-FZA-4, Bacia da Foz do Amazonas, que será realizada pela Petrobras. Além dos moradores de municípios macapaenses, o evento teve a participação de convidados de Belém, Soure, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista, Abaetetuba, Barcarena e Anajás.

A perfuração do poço será realizada em lâmina d'água de 150 metros, distante 140 quilômetros da costa do Estado do Amapá. A área do bloco BM-FZA-4 possui 1.694 quilômetros quadrados de sísmica 3D mapeados. Nenhum poço, contudo, foi perfurado no bloco pela empresa, que possui 100% da concessão. A base de Tapanã, localizada em Belém, servirá de apoio para o processo de perfuração que deve durar quatro meses.

## MODERNIZAÇÃO DOS SINDICATOS

O Sistema FIEPA inaugura, até o primeiro trimestre de 2011, o andar que irá abrigar as salas dos sindicatos filiados à federação. Vinte entidades sindicais ganharão instalações novas, além de copa, sala de recepção, duas salas para reuniões, sala para instalar os equipamentos de Tecnologia e Informática (TI) e sistema de câmeras nos corredores. A reforma do sétimo andar do Bloco B da Casa da Indústria (Edifício da FIEPA) faz parte das ações de modernização das entidades sindicais, que já receberam computadores, projetores e site personalizados.

## CONFIANÇA

O brasileiro nunca esteve tão confiante na manutenção do seu emprego. É o que revela o Índice de Medo do Desemprego, divulgado em dezembro pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Os números registraram 56,7% de pessoas que afirmam não temer o desemprego, sendo este o maior percentual desde que a pesquisa começou a ser feita, em 1996. A pesquisa foi realizada pelo Ibope com 2002 pessoas, entre 4 e 7 de dezembro.

Esse índice de confiança é justificado pela elevada oferta de emprego no país. De acordo com dados do Ministério do Trabalho, duplicou a criação de empregos com carteira assinada nos dez primeiros meses do ano comparativamente a igual período de 2009, com mais de 2,4 milhões de empregos. A criação de empregos formais, conforme o IBGE, foi responsável por 96% das novas vagas abertas nos últimos 12 meses até outubro passado.



**E**leito por unanimidade pelos representantes das 27 federações estaduais de indústrias, o empresário Robson Braga de Andrade deixou a presidência da Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais (FIEMG) para ocupar a cadeira mais importante da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Empossado como novo presidente da CNI para um mandato que irá até 2014, o empresário tem muitos desafios pela frente. Na liderança do setor industrial brasileiro, o mineiro de São João Del-Rei, terra de Tancredo Neves, assumiu já no primeiro mês de seu mandato o compromisso de tornar a indústria brasileira mais competitiva diante dos mercados internacionais. Nesta entrevista concedida à **PARÁ INDUSTRIAL**, o novo presidente da CNI fala sobre os desafios que a indústria brasileira tem pela frente, ataca a criação de novos impostos, o que aumenta ainda mais a tão pesada carga tributária brasileira, e promete trabalhar exaustivamente para garantir melhorias na logística e infraestrutura da Região Amazônica.

# CUSTO BRASIL TRAVA O DESENVOLVIMENTO

**PARÁ INDUSTRIAL – Quais as principais demandas do setor industrial brasileiro para 2011?**

**ROBSON ANDRADE** – O grande desafio que o Brasil tem pela frente, neste momento, é o de construir uma agenda consistente para o período 2011/2014. Precisamos colocar a competitividade no centro da agenda do país e da sociedade brasileira. Há pontos cruciais que exigem a nossa atenção: segurança jurídica, tributação e gasto público, financiamento, relações do trabalho, infraestrutura, educação, inovação, comércio exterior, meio ambiente, burocracia, e a micro e pequena empresa. Todas essas são questões vitais e estratégicas para viabilizar o desenvolvimento sustentável do país. Cada um desses quesitos, e especialmente a forma como se entrelaçam e se potencializam, define o que no mundo da economia se denomina “ambiente para fazer negócios”. Nele, embora tenha avançado significativamente, o Brasil ainda ocupa posição extremamente desconfortável. Devemos nos mobilizar para reverter este cenário.

**PARÁ INDUSTRIAL – Quais as perspectivas de crescimento industrial para os próximos anos?**

**ROBSON ANDRADE** – Elas são favoráveis, mas, para que se concretizem, o primeiro passo é fazer da competitividade a grande prioridade estratégica nacional – do governo, do setor produtivo, da indústria, enfim, de toda a sociedade.

Para manter o crescimento econômico dos últimos anos (descartando-se 2009, o ano da crise) e atingir a meta de dobrar a renda *per capita* do país a cada 15 anos, é necessária uma taxa média de juros 5,5% ao ano. Para realizar esse objetivo, o Brasil precisa, de forma abrangente e obstinada, enfrentar e superar os obstáculos que comprometem a sua competitividade e isso pressupõe muitas frentes de combate.

**PARÁ INDUSTRIAL – A valorização do real frente ao dólar está gerando problemas para o setor produtivo brasileiro, que vem sofrendo competição desleal de produtos importados de países onde o custo produtivo é baixo. A desindustrialização do país e a desaceleração do crescimento do PIB podem ser alguns dos efeitos nefastos à nossa economia. Qual a postura da CNI com relação a este problema?**

**ROBSON ANDRADE** – A instabilidade internacional e a perda de dinamismo das economias desenvolvidas geram incertezas, alteram os fluxos de capital, impactam o nosso país e afetam a competitividade do setor produtivo brasileiro. É o que vemos ocorrer com a questão cambial, gravosa às nossas exportações e à soberania também sobre o nosso mercado interno. A crise do endividamento público na Europa leva à crise do euro; a crise do emprego nos Estados Unidos leva ao uso excessivo de instrumentos de política monetária, que, por sua vez, ►





MIGUEL ANGELO / CNI



A indústria de transformação na cadeia produtiva pode se constituir em um dos esteios do desenvolvimento paraense na medida em que agrega valor aos produtos que nascem com a mineração, estimulando um processo importante de inovação e desenvolvimento tecnológico. As lideranças empresariais do Pará devem se mobilizar para acelerar este processo e podem contar com o nosso apoio.”

resultam na desvalorização do dólar. Por estas razões, a CNI defende a adoção de medidas capazes de resolver a questão cambial, entre elas o aumento do controle sobre capitais externos e a ampliação da taxa do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Também defende a retomada da incidência do imposto de renda sobre recursos estrangeiros aplicados em títulos públicos e até mesmo a quarentena para dinheiro de curto prazo, de forma a evitar operações meramente especulativas. Hoje, o que se vê são investidores captando recursos nos EUA a taxas próximas de zero e obtendo, no Brasil, retorno de 10%, 12% ao ano. É preciso agir, pois embora o Brasil tenha se recuperado bem da crise internacional, a indústria ainda patina em setores sensíveis ao comércio exterior, situação que só se agrava com o desequilíbrio cambial.

**PARÁ INDUSTRIAL – Economistas e analistas da área financeira falam em um patamar ideal do valor do dólar para estabilizar a produção e ajudar no crescimento da exportação. Qual seria este valor? Só essa medida já bastaria para frear o risco da desindustrialização?**

**ROBSON ANDRADE –** O patamar ideal para o valor do dólar será aquele a que se chegar naturalmente, sem o impacto de *inputs* artificiais, como vemos ocorrer neste momento. No entanto, embora seja uma variável fundamental, a questão cambial não é a única a pressionar nossas exportações e potencializar o risco da desindustrialização. Na verdade, todas as variáveis institucionais, regulatórias e econômicas que impactam a competitividade do país devem ser combatidas, enfrentadas e superadas. É a competitividade que determina o estágio do crescimento econômico das nações e, aqui, mais uma vez estamos falando do chamado custo Brasil: carga tributária, legislação trabalhista, previdência social, condições de acesso ao crédito, taxa de juros, segurança jurídica e institucional, legislação ambiental, qualidade da educação e excesso de burocracia.

**PARÁ INDUSTRIAL – A indústria paraense tem algumas semelhanças com a do seu Estado, Minas Gerais. Ambas têm um potencial muito grande na área mineral. A diferença é que a indústria mineira há muito tempo direciona parte de sua produção para a verticalização na própria região. O senhor acredita que a indústria de transformação seja a saída para trazer o desenvolvimento para o estado paraense?**

**ROBSON ANDRADE –** Em Minas, esta é uma característica que vem desde os tempos das capitânicas hereditárias, com o ciclo do ouro e dos diamantes. No Pará, esta é uma



MIGUEL ANGELO / CNI



**A carga tributária, ao redor de 40% do PIB, é um dos principais componentes do chamado custo Brasil, formado por um conjunto de fatores que encarecem o custo dos produtos brasileiros, tirando a sua competitividade nos grandes mercados mundiais e até no mercado interno.”**

história mais recente, que surge mais fortemente com o Projeto Carajás que, registre-se, nasceu em Minas. Desta forma, até por uma questão de tempo, Minas conseguiu verticalizar a cadeia produtiva da indústria da mineração e isso, certamente de forma mais intensa, também acontecerá no Pará. Este é o caminho. A indústria de transformação na cadeia produtiva pode se constituir em um dos esteios do desenvolvimento paraense na medida em que agrega valor aos produtos que nascem com a mineração, estimulando um processo importante de inovação e desenvolvimento tecnológico. As lideranças empresariais do Pará devem se mobilizar para acelerar este processo e podem contar com o nosso apoio.

**PARÁ INDUSTRIAL – O Pará receberá até 2014 investimentos que ultrapassam 100 bilhões de reais. Grandes empreendimentos se instalarão aqui, gerando mais emprego e renda. Porém, crescimento econômico nem sempre proporciona desenvolvimento. O que as entidades que representam o setor produtivo local precisam fazer para internalizar o crescimento?**

**ROBSON ANDRADE –** Normalmente, estes grandes projetos funcionam como âncoras que podem induzir o surgimento de um número ainda maior de empreendimentos que funcionam como fornecedores de bens e serviços

necessários aos grandes projetos. Em Minas Gerais, um notável exemplo é o da Fiat que, ao criar o programa de mineirização de seus fornecedores no entorno da fábrica, no município de Betim, onde se localiza, e em inúmeros outros municípios mineiros, estimulou o surgimento de centenas de empresas fornecedoras de autopeças. Isso pode ser feito no Pará, a partir dos empreendimentos que estão se instalando no Estado.

**PARÁ INDUSTRIAL – Há 14 anos, o Pará e outros Estados brasileiros padecem com a Lei Kandir. Somente o Pará já perdeu mais de 400 bilhões de reais referentes à isenção do ICMS, valor sete vezes maior que o PIB paraense, que em 2008 ficou em 56 bilhões de reais. O senhor pensa em atuar para contribuir na correção das perdas que, em muitas ocasiões, inviabilizam parte do setor produtivo?**

**ROBSON ANDRADE –** Nenhum país exporta tributos. Por isso, a Lei Kandir, que isenta as exportações de semimanufaturados do ICMS, é positiva para todos: o país, os estados, as empresas e os trabalhadores. Afinal, a desoneração das exportações melhora a competitividade do produto nacional, ajuda o país a conquistar mercados e a aumentar a produção e oferta de empregos. A atividade exportadora é dinâmica e tem uma capacidade muito grande de gerar renda, movimentar a economia e,

consequentemente, aumentar a arrecadação de impostos por outros caminhos que não sejam a tributação direta do produto vendido ao exterior. A expectativa da CNI é que o Brasil avance ainda mais na desoneração das exportações e faça uma reforma ampla, que corrija as distorções do sistema tributário.

**PARÁ INDUSTRIAL – Outro fator que inviabiliza a expansão do setor produtivo e sacrifica consumidores é a questão tributária. Setores ligados à Presidência da República já especulam até mesmo sobre a recriação da CPMF. De que forma a CNI irá atuar para não permitir que mais um tributo venha a pesar no bolso do empresariado e, consequentemente, no dos consumidores?**

**ROBSON ANDRADE –** A carga tributária, ao redor de 40% do PIB, é um dos principais componentes do chamado custo Brasil, formado por um conjunto de fatores que encarecem o custo dos produtos brasileiros, tirando a sua competitividade nos grandes mercados mundiais e até no mercado interno. Por isso mesmo, entre as reformas estruturais que a CNI defende, a tributária é a mais urgente. Neste cenário, a recriação da CPMF é inadmissível. O argumento dos que defendem a recriação da CPMF é o de que ela incide predominantemente sobre as classes de maior poder aquisitivo. Não é verdade: a CPMF penaliza substancialmente mais, em relação à renda, os contribuintes situados na base da pirâmide socioeconômica. Na verdade, o país clama pela reforma tributária.

**PARÁ INDUSTRIAL – O Pará sofre com o alto custo logístico que tira a competitividade dos produtos regionais. A Ação Pró-Amazônia, da CNI, incorporou o Projeto Norte Competitivo, que listou 34 projetos prioritários para viabilizar o transporte da produção por nove eixos de integração que ligam os nove estados da Amazônia Legal entre si, com o Brasil e com o mundo. Como presidente da CNI, o senhor irá colocar na pauta de discussão do setor a implementação deste projeto?**

**ROBSON ANDRADE –** A precariedade da infraestrutura de transportes é outro componente importante do custo Brasil, na exata medida em que onera substancialmente as empresas no recebimento de insumos e no escoamento de sua produção. E no Norte do País a situação é grave. Por isso mesmo, a CNI irá, sim, colocar em discussão, dentro da Ação Pró-Amazônia, o Projeto Norte Competitivo. Sua implementação é fundamental para elevar a competitividade da região que, por sua vez, é estratégica para o país. ■



MIGUEL ANGELO / CNI



**A CNI irá, sim, colocar em discussão, dentro da Ação Pró-Amazônia, o Projeto Norte Competitivo. Sua implementação é fundamental para elevar a competitividade da região que, por sua vez, é estratégica para o país."**

## FRANÇA

Moeda: euro  
PIB: US\$ 2.1 trilhões  
Comprou do Pará:  
**US\$ 401 milhões**  
Principais produtos:  
camarão, pescado,  
pimenta, madeira,  
minério, móveis

## ALEMANHA

Moeda: euro  
PIB: US\$ 3.6 trilhões (2008)  
Comprou do Pará:  
**US\$ 557 milhões**  
Principais produtos: ferro,  
cobre, silício, pimenta,  
couro bovino, suco  
de frutas regionais e  
perfumaria

## REPÚBLICA TCHECA

Moeda: coroa tcheca  
PIB: 266.3 bilhões PPC\* (2008)  
Comprou do Pará:  
**US\$ 42 mil**  
Principais produtos: madeira

\* PARIDADE DO PODER DE COMPRA (MÉTODO ALTERNATIVO À TAXA DE CÂMBIO PARA SE CALCULAR O PODER DE COMPRA DE DOIS PAÍSES)

## TURQUIA

Moeda: lira turca  
PIB: US\$ 1.1 trilhões (2010)  
Comprou do Pará:  
**US\$ 129 milhões**  
Principais produtos:  
minério de ferro e  
alumínio, pimenta

# A descoberta do velho continente

*De malas prontas, missão empresarial amazônica quer tornar mais dinâmico o comércio com a Europa*

O Leste Europeu pode ser considerado um grande quebra-cabeça da geografia mundial, localizada entre a Europa Ocidental e a Ásia. Formado por 20 países e com mais de 20 milhões de quilômetros quadrados de extensão ele é, em sua maioria, composto por novas democracias de sistema capitalista, que estiveram limitadas pela barreira do socialismo soviético durante os anos de Guerra Fria.

Depois da dissolução do bloco socialista, países se extinguíram e outros se formaram. Assim, há pouco mais de 20 anos, estas são economias com barreiras abertas para o comércio exterior e, a partir de agora, um alvo maior das federações de indústria e empresas da Amazônia. Uma prova disso é a Missão Empresarial Pró-Amazônia Europa 2011, que acontece de março a abril do próximo ano e conta com 30 participantes do Pará e de estados

vizinhos: Amazonas, Acre, Amapá, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Diferentemente da 1ª Missão Empresarial FIEPA, que compreendia apenas o Pará rumo à China, esta segunda missão engloba todos os estados da Amazônia Legal, numa atuação muito maior. Eles possuem como destino a França (em uma breve estadia), Rússia, República Tcheca, Turquia e Alemanha, sendo que em Istambul e Hannover, municípios dos dois últimos países, acontecem duas importantes feiras durante este período. São elas, respectivamente, a Prefabricated Fair (Feira do Pré-fabricado, destinada a móveis e madeira pré-fabricada) e a Hannover Messe (Feira de Hannover), a segunda maior feira industrial do mundo.

Segundo Raul Tavares, coordenador do Centro Internacional de Negócios (CIN) da Federação das Indústrias



## RÚSSIA

Moeda: rublo russo

PIB: US\$ 1.2 trilhões (2009)

Comprou do Pará:

**US\$ 44 milhões**

Principais produtos: carne desossada, castanha-do-pará, pimenta, peixes ornamentais e móveis

## FEIRA DE HANNOVER

Esse é um dos destinos da delegação de empresários paraenses. A Hannover Messe (Feira de Hannover) é a maior feira tecnológica do mundo e segunda maior feira industrial. Acontece na cidade de Hannover, na Alemanha, e possui em média cerca de 6 mil exibidores e 200 mil visitantes. A feira foi criada em 1947, num antigo edifício fabril em Laatzen, ao sul do município, por conta de um acordo do governo militar britânico a fim de impulsionar o progresso econômico do pós-guerra na Alemanha. A primeira edição foi conhecida coloquialmente como Fischbrötchenmesse (bolo de peixe de feira) devido à suspensão do racionamento de comida em função do evento. Este fato contribuiu para o sucesso da feira, que se repetiu anualmente e acabou se consagrando ao longo dos anos.

GOOGLE MAPS

do Pará, “o objetivo principal desta missão é a prospecção de mercado para os produtos amazônicos nestes países, promovendo ampliação e diversificação nos negócios. Vamos buscar mais mercado aos nossos produtos em visita às federações locais, visitas técnicas a fabricantes e outros compradores”.

Estes empresários locais que miram abranger as relações comerciais nestes países são, em sua maioria, do setor madeireiro, agropecuário, construção civil, alimentício e de movelaria. Além disso, os produtos exóticos, como frutas regionais e peixes ornamentais, também têm ganhado espaço não só nesta área como em outras regiões, apesar do processo de adaptação do produto.

No caso da Alemanha, em especial, a visita possui dois motivos específicos. Primeiramente, ela acontece como retribuição da visita de apresentação do novo

embaixador alemão Wilfried Grolig à FIEPA, que declarou ser este o momento para boas oportunidades de aproximação entre o Pará e o país germânico, com maior implementação de negócios. Além disso, a potência europeia retomou recentemente a quarta posição na lista de países para os quais o estado mais exporta, além de ser o terceiro maior fornecedor, concretizando-se como destaque nas relações bilaterais com o Pará.

Além da visita às federações e empresas, as feiras em Istambul e Hannover cumprem também um papel crucial nessa jornada: o *networking*. “Estamos falando de feiras de proporções mundiais, com empresas de todo o planeta. Ao participar de eventos como estes, além de possíveis negócios, fazemos contatos com empresas de todo o globo, além de adquirir experiência e referências do trabalho feito mundo afora”, conclui Raul. ■



BOSCO GALVÃO

# É preciso ter competitividade

*Essa foi a mensagem do 5º ENAI, que destacou também a necessidade de derrubar os obstáculos ao desenvolvimento do país*

- *Comitiva de empresários paraenses durante o ENAI: as particularidades da região ajudaram a compor a agenda de discussões do encontro*

“**S**omente os países competitivos são capazes de atrair investimentos nacionais e internacionais, indispensáveis à realização de projetos estratégicos para o crescimento econômico. Com base nessa premissa, todas as variáveis institucionais, regulatórias e econômicas que impactam a competitividade do país devem ser combatidas, enfrentadas e superadas.” A fala do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, deu o tom das discussões realizadas pelos industriários durante o 5º Encontro Nacional da Indústria (ENAI), realizado em São Paulo no início de dezembro.

O encontro pleiteou o en-

gajamento das autoridades políticas para que elas façam da competitividade a prioridade estratégica das ações governamentais. Para isso, ressaltou o presidente, é preciso enfrentar e superar nove obstáculos que impõem ao país condições inferiores de concorrência: carga tributária, legislação trabalhista, previdência social, condições de acesso ao crédito, taxas de juros, segurança jurídica e institucional, legislação ambiental, qualidade da educação e excesso da burocracia. “Competitividade é questão de Estado e por isso mesmo deve estar no plano estratégico da Presidência da República”, defendeu Robson de Andrade.

O empresário Jorge Gerdau

reforçou o coro em favor da competitividade. A isonomia competitiva, segundo ele, é o que mais pesa e impede que o setor produtivo brasileiro aumente a produção e que, conseqüentemente, a economia cresça consideravelmente. Gerdau usou como exemplo o alto custo que o país paga na infraestrutura. “O Brasil paga mais ou menos 15% sobre o PIB. Nos Estados Unidos esse índice fica entre 6% e 7%. Tem estado brasileiro em que esse custo chega a quase 18%. E isso impacta diretamente na competitividade.”

Representando o Governo Federal, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES), Luciano Coutinho, disse que o momento é

favorável para a discussão de um ambiente propício para a atração de novos investimentos e o aumento da competitividade da indústria brasileira. Ele anunciou que nos próximos quatro anos os investimentos previstos pelo governo serão de 1,6 trilhão de reais, o que significa 600 bilhões de reais a mais do que foi investido entre 2007-2010.

Para o professor de gestão global, Joe Santos, de uma das mais reconhecidas escolas de negócios do mundo, a INSEAD (França), o Brasil tem três desafios para que se torne competitivo diante dos grandes comércios mundiais: a globalização, o desempenho e capacidade de competir das empresas brasileiras e a melhoria na qualidade de gestão. “Gestores qualificados serão o recurso mais escasso no futuro próximo. Será preciso gerir a inovação global, combinando saberes da excelência mundial. Isto é internacionalizar, um importante passo para a competitividade” enfatizou. Ele esclarece que é necessário entender a diferença entre internacionalização (organização da empresa em favor de sua gestão diante do mercado mundial) e exportação (atividade mais focada na economia que na gestão, na internacionalização de negócios).

#### Pará representado

Um grupo de industriais paraenses e diretores da FIEPA enriqueceu as discussões do ENAI sobre a priorização da competitividade na pauta nacional e os gargalos que impedem a isonomia de concorrência do Brasil. “Entendemos que momentos como o ENAI são bastante pontuais

## COMPETITIVIDADE BRASIL: A HORA É ESSA

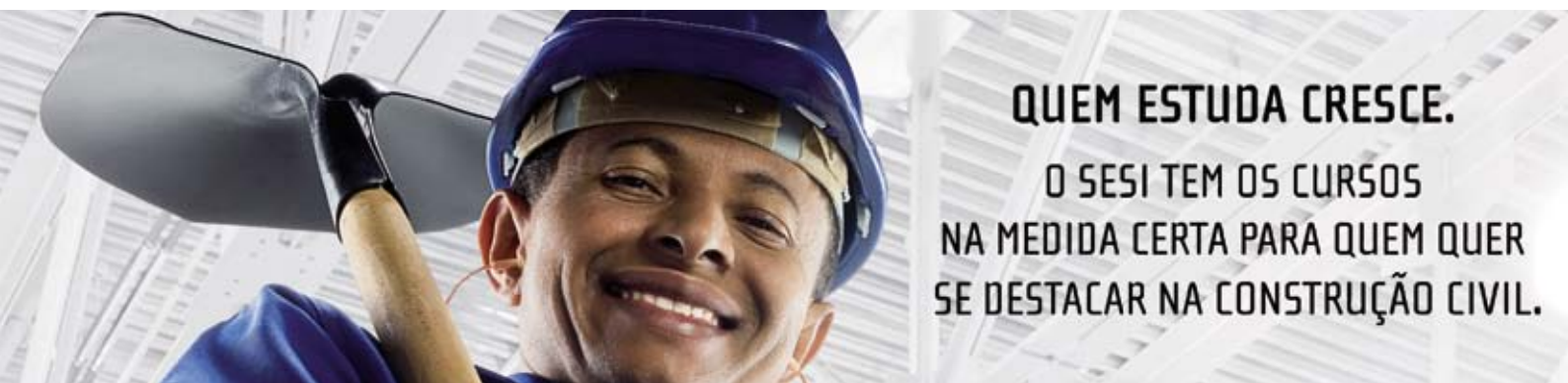
Para firmar o compromisso do setor industrial e torná-lo público, a CNI produziu documento no sentido de a administração pública inserir a competitividade em sua agenda para o futuro do Brasil. Abaixo alguns trechos do documento:

- ☑ Reconhecemos que fizemos avanços importantes na estabilização, na sustentação do crescimento econômico e na distribuição de renda com inclusão social. Agora, o objetivo é de criar uma parceria estratégica entre o governo e o setor privado para a agenda da competitividade.
- ☑ A competitividade é o caminho para criar empregos de qualidade, diversificar a economia, ajudando o Brasil a vencer o desafio da inserção na economia global.
- ☑ Há riscos para a estrutura industrial do país. Quanto mais lento for o processo de reformas pró-competitividade, maiores serão os riscos para a indústria brasileira. O Brasil oferece oportunidades para uma indústria maior e melhor. Mas é preciso isonomia em relação aos nossos competidores.
- ☑ É hora de dar saltos de competitividade. Para que o Brasil e a sua indústria continuem avançando, é crucial mobilizar a sociedade e os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – em favor da melhoria da competitividade. O momento não permite passos. Exige saltos.
- ☑ Para darmos este novo salto, a competitividade tem que se transformar em prioridade estratégica e o Brasil não terá que ser apenas melhor que o Brasil, ele vai ter que ser tão competitivo no mercado internacional quanto a China, a Rússia, a Índia, o novo e o velho mundo.

para reforçarmos na nossa região a demanda da indústria e, mais que isso, sustentar em nível nacional as necessidades específicas da indústria paraense”, observa o diretor-executivo da FIEPA, Ivanildo Pontes.

Mais que discutir uma pauta nacional, o ENAI proporciona o intercâmbio de informações entre empresários de todas as regiões do Brasil, aproximando representantes do mesmo segmento em favor da

defesa da cadeia produtiva. “Este momento de troca, de interação com empresários de outras regiões do país são menos frequentes e, felizmente, o ENAI proporciona isso para que a classe empresarial se torne mais unificada”, comenta Nilson Azevedo, presidente do Sindicato da Indústria de Produtos Químicos, Farmacêuticos, de Perfumaria e Artigos de Toucador do Estado do Pará, que integrou a comitiva paraense. ■



**QUEM ESTUDA CRESCE.**

**O SESI TEM OS CURSOS  
NA MEDIDA CERTA PARA QUEM QUER  
SE DESTACAR NA CONSTRUÇÃO CIVIL.**

# Um marco para o setor florestal

*A aprovação do Plano Safra dá novo fôlego e gera boas expectativas de recuperação ao setor*

A espera foi grande, mas os resultados, até agora, são satisfatórios para o setor produtivo florestal do Pará, que conta agora com um aliado no fortalecimento da atividade madeireira depois de enfrentar, nos últimos anos, uma sucessão de crises que culminaram no fechamento de dezenas de empresas no Estado e a perda de postos de trabalho. Em vigor a partir do segundo semestre deste ano, o Plano Safra Florestal Madeireira, uma iniciativa no Governo do Estado, através do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará – Ideflor, tem como objetivo central fortalecer a atividade florestal madeireira no Pará, identificando os gargalos e potencialidades da atividade, bem como fornecer indicadores para a operacionalização das políticas públicas de desenvolvimento.

O documento foi idealizado durante o 7º Fórum Paraense de Competitividade, a partir de um pedido antigo do setor florestal paraense. Na ocasião, ficou definido que um grupo de trabalho seria responsável pela concepção do documento inédito no Brasil. “Até então, só existia o Plano Safra para a atividade agrícola e pecuária, mas não para a atividade madeireira. O Governo do Pará, através do Ideflor, capitaneou a ideia junto a um grupo de trabalho, composto por várias instituições e com presidência da Fiepa, que desenvolveu o plano após uma série de reuniões”, conta o secretário-executivo do Conselho Temático de Meio Ambiente da FIEPA, Deryck Martins. Após três meses de discussão, foi contratada uma consultoria para formatar as ideias e surgiu, assim, o Plano Safra Florestal Madeireira, lançado em agosto deste ano.

Em linhas gerais, é possível definir o Plano como um documento de planejamento estratégico. O objetivo é poder reunir as diferentes políticas públicas voltadas para a atividade visando condensá-las e apresentá-las para o público interessado. Mas não só isso. Ele visa fomentar que a meta de produção da atividade seja cumprida e sistematizada, identificando quais são as formas para que se possa atingir o resultado esperado para poder trabalhar esse conjunto de atividades.



• *Com as sucessivas crises, o setor florestal perdeu espaço na balança comercial paraense. Com o Plano Safra, a expectativa é de recuperação e consequente geração de emprego e renda.*





## OBJETIVOS DO PLANO SAFRA FLORESTAL MADEIREIRA

- ☑ Apoiar a produção e comercialização de madeira no Estado do Pará
- ☑ Ampliar os recursos destinados à atividade florestal madeireira
- ☑ Fortalecer a atuação dos agentes envolvidos com o licenciamento e fiscalização de projetos florestais
- ☑ Estimular a utilização do crédito florestal
- ☑ Ampliar a produção florestal madeireira legal
- ☑ Diminuir a ilegalidade da atividade florestal madeireira
- ☑ Promover a recuperação de áreas alteradas, através do apoio a projetos de reflorestamento
- ☑ Incentivar sistemas de produção florestal sustentáveis
- ☑ Apoiar o desenvolvimento de projetos florestais comunitários e familiares
- ☑ Supervisionar o desenvolvimento da gestão florestal do Pará

FONTE: PLANO SAFRA FLORESTAL MADEIREIRA

Outra vertente do Plano é mostrar este conjunto de atividades visando atingir uma meta de produção, que fomentará uma parcela no PIB (Produto Interno Bruto) do Pará e garantirá a contratação de mão de obra. É um projeto de interesse para o Estado, no caso específico da madeireira.

### Diretrizes

O Plano Safra Florestal Madeireira apresenta para o setor cinco diretrizes básicas que permeiam suas ações. São elas: cadeia florestal (produção e comercialização); profissionalização do setor (treinamento e capacitação); políticas públicas florestais, ambientais e industriais; apoio e fomento florestal; licenciamento ambiental e desempenho dos projetos florestais.

Um dos destaques da publicação, segundo Deryck Martins, fica com o capítulo que aborda a meta de produção necessária para o Estado. Para compor o item, foi feito um levantamento entre os anos de 2003 e 2009 para saber como estava o consumo de madeira pelo mercado e o volume licenciado. “Com isso, percebemos que o volume de madeira que era licenciado no Estado era muito abaixo da demanda de mercado, e essa diferença é justamente o que favorece a atividade ilegal. Então, o plano previu como meta para 2010 uma produção de 6,5 milhões de metros cúbicos de madeira em tora, para que o Estado atenda à demanda e continue a gerar empregos.”

Para se ter uma ideia de como estava o cenário de produção do setor, antes da chegada do Plano, em 2003, foram consumidos no Pará 11 milhões de metros cúbicos de madeira em tora e, desse total, apenas 5 milhões foram licenciados. “Até o ano passado, a diferença da demanda do mercado e da quantidade de madeira licenciada era muito grande, o que abriu espaço para a atividade ilegal. Este ano, após a implantação do ▶



**QUEM ESTUDA CRESCE.**

**O SESI TEM OS CURSOS  
NA MEDIDA CERTA PARA QUEM QUER  
SE DESTACAR NA INDÚSTRIA METALÚRGICA.**



YURI AGE

*“Até o ano passado, a diferença da demanda do mercado e da quantidade de madeira licenciada era muito grande, o que abriu espaço para a atividade ilegal. Este ano, após a implantação do Plano, conseguimos, pela primeira vez, cumprir a meta proposta que era de 6,5 milhões de metros cúbicos.”*

Deryck Martins, do Conselho Temático de Meio Ambiente da FIEPA

Plano, conseguimos, pela primeira vez, cumprir a meta proposta que era de 6,5 milhões de metros cúbicos”, comenta Deryck.

E para conseguir atingir esta meta, o setor produtivo precisou seguir passo a passo as recomendações do Plano, em especial a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), órgão regulador da atividade e responsável pela liberação das licenças. “Antes de o plano ser efetivado, notamos que, em linhas gerais, a safra florestal nunca foi efetivamente pensada no Pará. O maior número de licenças era liberado no fim do ano, em dezembro, e a safra madeireira acontece no período do verão, de julho a dezembro. Ou seja, você liberava os planos de manejo para serem realizados no início do ano, que é o período de chuvas em que você não consegue e nem deve trabalhar”, explica o secretário-executivo.

O Plano propõe que a licença seja liberada em sua maioria no inverno, para que você possa trabalhar corretamente no período do verão. Outra coisa interessante que é possível notar após a implantação do Plano é que principalmente os pequenos produtores não tinham ideia de quando era o período ideal para dar entrada no pedido da licença, o que também dificultava o processo, destaca Deryck, reforçando que entre o conteúdo do documento está justamente um calendário que define as datas de todas as etapas do processo, inclusive o melhor período para reflorestar. Isso ajuda para que todos possam fazer a sua parte e desatracar o setor que sofreu durante anos com a morosidade dos processos de liberação de manejo florestal. Para o próximo ano, a expectativa é que o novo governador do Pará, Simão Jatene, mantenha o Plano Safra e reforce a sua implementação no Estado. ■

## NÚMEROS SOBRE O SETOR FLORESTAL

### US\$ 8,8 bilhões

Volume de exportações do setor florestal brasileiro em 2008 (5,5% do total das exportações nacionais). A atividade florestal brasileira representou 3,4% do PIB nacional, gerou mais de 8,6 milhões de empregos e arrecadou em termos de tributos cerca de US\$ 7,2 bilhões.



**Segundo levantamento do Sistema Florestal Brasileiro e Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), em 2009, foram identificadas 2.226 empresas madeireiras em funcionamento na Amazônia Legal.**



**Essas madeireiras extraíram em torno de 14,2 milhões de metros cúbicos de madeira em tora nativa, o equivalente a 3,5 milhões de árvores. O estudo aponta que aproximadamente 47% dessa matéria-prima foi extraída no Estado do Pará.**

FONTE: PLANO SAFRA FLORESTAL MADEIREIRO

# CURSOS DO SESI.

A MELHOR RECEITA PARA VOCÊ  
CRESCER E APARECER.



COM OS CURSOS DO SESI DE CAPACITAÇÃO E ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO PARA JOVENS E ADULTOS, VOCÊ PODE ESTUDAR NO TRABALHO OU PELA INTERNET. APROVEITE ESSA CHANCE. QUEM ESTUDA CRESCE. INFORME-SE COM O CHEFE DO SEU DEPARTAMENTO OU ACESSE [WWW.SESI.ORG.BR/SESIEDUCA](http://WWW.SESI.ORG.BR/SESIEDUCA).



**SESI**

Qualidade de Vida e Responsabilidade Social



GERALDO MAGELA

*“O Brasil tem, a cada mês, batido recordes de arrecadação. Recursos existem, mas lamentavelmente estão mal aplicados. O governo arrecada muito e gasta mal.”*

Flexa Ribeiro, senador reeleito pelo Pará

# De olho no legislativo

*Novas composições parlamentares chamam a atenção da indústria nacional para que pautas do setor tenham andamento*

No regime político vigente no Brasil, cabe ao poder legislativo a responsabilidade de criar e alterar as leis que regulam o Estado. Nesse modelo, nascem no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas dos Estados as determinações que regem a vida em sociedade e têm impacto também, de forma positiva ou negativa, no setor produtivo. Em razão disso, as entidades que representam o setor industrial acompanham de perto o trabalho dos parlamentares nas esferas nacional e estadual.

Parte desse trabalho significa garantir a proximidade do setor industrial com os políticos, mantendo um bom relacionamento com eles. Essa atuação, explica Jarbas Porto, assessor parlamentar da FIEPA, tem o objetivo de evitar que matérias que causem impactos às indústrias sejam votadas sem o conhecimento e sem a contribuição do setor, evitando surpresas danosas à economia.

No Pará, a assessoria parlamentar da FIEPA atua junto à Assembleia Legislativa do Estado e à Câmara Municipal de Belém. Quando há entre os parlamentares

uma proposição identificada como de interesse para o setor, a informação é prestada à presidência da entidade, que recebe relatórios atualizados sobre a tramitação do projeto. Assim, é possível articular reuniões com relatores da matéria ou líderes partidários para explanar a posição da FIEPA quanto ao assunto.

Nos assuntos de competência da União, a FIEPA atua junto à CNI, que conta com o Conselho Temático Permanente de Assuntos Legislativos (CAL), órgão que possui atuação junto aos parlamentares do Congresso Nacional e monitora as proposições de interesse do setor industrial que tramitam no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Na pauta de discussões que interessam ao setor industrial há assuntos que são considerados prioridade, principalmente aqueles que se referem a incentivos fiscais, normas ambientais, carga tributária e relações de trabalho.

Esses temas são reunidos na Agenda Legislativa da Indústria, publicação que expõe o entendimento do setor industrial sobre os diversos temas que estão em debate no



*“Queremos desobstruir a enorme burocracia estatal que emperra toda a atividade econômica, onerando e tirando a competitividade dos nossos produtos.”*

Sidney Rosa, deputado estadual eleito

legislativo. Um dos itens da Agenda e que é visto como prioridade pelo setor industrial é a reforma tributária. Há sob análise do legislativo 15 proposições que abordam este assunto, sobre o qual a CNI se posicionou como convergente com ressalvas. “A proposta deve ser revisada para assegurar efetiva neutralidade do novo modelo. Quanto à neutralidade, são inaceitáveis aumentos de tributação decorrentes da definição de novas alíquotas, bem como do aumento da CFEM”, diz o texto da Agenda 2010.

## PARLAMENTARES DA INDÚSTRIA

Após as eleições ocorridas no último mês de outubro, novos cenários se desenham no legislativo nacional e estadual. Com isso, o setor industriário precisa costurar novas parcerias e manter aquelas já conquistadas. Na Assembleia Legislativa do Estado, a nova composição é avaliada pela FIEPA como favorável ao setor. “As eleições de 2010 consagraram nas urnas nomes que possuem uma estreita ligação com a FIEPA”, destaca o assessor parlamentar da Federação, Jarbas Porto, que aponta um crescimento da representatividade do setor industrial na classe política como um “fato altamente positivo para todo o setor produtivo”.

Um dos novos parlamentares da Assembleia Legislativa é Sidney Rosa, que já compôs a diretoria da FIEPA e, portanto, conhece bem as necessidades e pleitos das indústrias. O deputado acredita que será possível contar

com uma visão favorável da maioria dos deputados para as pautas de interesse do setor.

Para tornar o ambiente mais favorável ao setor produtivo e, assim, gerar mais desenvolvimento para o estado, o parlamentar defende um choque de gestão na máquina pública, com maior transparência na aplicação dos recursos, devolvendo ao povo serviços de boa qualidade. “Além da alta carga tributária, queremos desobstruir a enorme burocracia estatal que emperra toda a atividade econômica, onerando e tirando a competitividade dos nossos produtos e, por consequência, a produção de empregos no estado”, defende.

Na esfera nacional, o sentimento também é de que é imperativo que se façam mudanças que otimizem a atuação do Estado, favorecendo o setor econômico. “O Brasil tem, a cada mês, batido recordes de arrecadação. Recursos existem, mas lamentavelmente estão mal aplicados. O governo arrecada muito e gasta mal”, aponta o senador reeleito pelo Pará, Flexa Ribeiro, também ex-presidente da FIEPA.

O senador aposta na união para alcançar novas conquistas não só para o estado do Pará, mas para toda a região. Nesse sentido, anuncia que vai trabalhar pela criação de um bloco parlamentar da Amazônia, onde os representantes dos nove estados da Amazônia Legal possam se unir para defender o interesse da região. “Independente da coloração partidária ideológica, temos que olhar primeiro para a Amazônia para que possamos ser respeitados pela nação brasileira”, defende. ■

## *Etapas do Planejamento*

### PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

São ouvidos clientes e é realizado um mapeamento das visões internas da organização. O principal produto desta etapa é o plano estratégico que, por sua vez, irá abranger fundamentos como a missão, a visão de futuro para 2015 e os valores institucionais do Sistema FIEPA.

# Federação detalha objetivos e metas

*FIEPA prepara planejamento estratégico que vai direcionar ações da entidade pelos próximos anos*

**P**lanejar é a melhor maneira de garantir a eficiência das ações desenvolvidas, otimizando recursos e maximizando os resultados. Por isso, o Sistema FIEPA está no período de construção de seu planejamento estratégico para o período de 2011/2015, integrando neste plano todas as entidades do Sistema: Sesi, Senai, IEL e a própria FIEPA.

O planejamento é uma diretriz da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que estimulou as federações de indústrias de todos os estados a estabelecerem seus objetivos e metas no documento. A CNI quer conhecer melhor o cenário e o potencial de cada estado, para traçar também um diagnóstico nacional da indústria. Na FIEPA, o plano é construído com a consultoria da empresa especializada MasterQual, que trabalha ao lado da entidade desde o último mês de outubro.

“O planejamento estratégico irá

possibilitar que o Sistema FIEPA tenha total clareza das prioridades necessárias não somente para o cumprimento da sua missão institucional, mas também para o alcance da sua visão de futuro”, afirma a consultora Virgínia Almeida. Ela acrescenta que esse planejamento também é uma ferramenta que promove o alinhamento entre as diversas visões internas do Sistema FIEPA. “É um aspecto fundamental para atingir os resultados e metas estabelecidas”, completa a consultora.

É a primeira vez que a formulação do planejamento estratégico contempla, de forma integrada, as ações das quatro entidades que compõem o Sistema. Segundo Virgínia, essa integração do planejamento oferece ainda um benefício maior do que o registrado em um processo de planejamento estratégico tradicional.

“Ao definir uma estratégia sistêmica, ou seja, uma estratégia que

contempla as quatro casas, o planejamento identifica não apenas como cada uma delas irá contribuir, mas também como devem se integrar para maximizar a geração dos resultados. A convergência dos esforços entre as casas permite uma melhor utilização dos recursos existentes e, ao mesmo tempo, alinha intenções e evita a sobreposição de atividades”, explica consultora.

Uma das características mais importantes do atual projeto de planejamento é que ele possibilita o desdobramento da estratégia para deixar claro como cada parte do Sistema (seja uma entidade, equipe ou pessoa) contribui para o todo. A ideia desse procedimento é levar cada uma das pessoas que fazem parte do Sistema a perceber como as suas tarefas do dia a dia contribuem para a estratégia global, o que potencializa o comprometimento da pessoa com a sua empresa ou organização. ■

## PAINEL ESTRATÉGICO

Nesta etapa é construída a metodologia Balanced Scorecard (BSC), uma ferramenta de gestão que contempla elementos como mapa estratégico, indicadores de desempenho, metas e projetos.

## GESTÃO DA ESTRATÉGIA

Implementação do painel estratégico, etapa mencionada acima. Nesta etapa serão realizadas as Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs), uma espécie de fórum no qual se dá a gestão do mapa estratégico com o objetivo de verificar se os resultados desejados estão sendo alcançados e o que se deve fazer caso isso não esteja acontecendo.

## CAPACITAÇÃO

É um processo permanente, que irá sustentar todas as etapas acima. O objetivo é desenvolver profissionais preparados para executar todas as atividades que o planejamento estratégico exigir.

## COMUNICAÇÃO

Também é um processo permanente e que contempla tanto a comunicação interna quanto externa. O intuito na comunicação interna é promover a disseminação de elementos importantes, como o mapa estratégico, de maneira a deixar claro quais são as prioridades e como cada um pode contribuir para o todo. A comunicação externa possibilitará a plena divulgação da identidade do Sistema FIEPA, de suas atribuições e da carteira de serviços e produtos oferecidos. Isto contribui para aproximar ainda mais o Sistema FIEPA de seus clientes.



## Plano para o desenvolvimento da indústria

O cenário atual da indústria no Pará é bastante propício para um planejamento de médio e longo prazo. Isso porque muitos investimentos no setor estão previstos para os próximos anos, e a adoção de um planejamento estratégico pelo Sistema FIEPA pode colaborar na consolidação do desenvolvimento industrial do estado.

Segundo o 1º Diretor Tesoureiro do Sistema FIEPA, Ivanildo Pontes, um dos focos de atuação da entidade para os próximos anos, que será contemplado no planejamento, é o diálogo com os governos estadual e federal para garantir condições para a atração de novos investimentos em solo paraense.

“Nós esperamos, principalmente, que os governos concedam incentivos fiscais e creditícios que permitam cada vez mais a instalação de indústrias que verticalizem a nossa produção. O objetivo é que, no futuro, o Pará não seja mais só exportador de matérias-primas e produtos semielaborados, mas que já exporte produto final”, afirma Ivanildo Pontes.

Com essas metas bem definidas no planejamento, as perspectivas do Sistema FIEPA são de contribuir ainda mais fortemente para o desenvolvimento do estado. “Verticalizando a nossa produção, serão gerados mais empregos e mais renda para a nossa população, e esse é o objetivo da Federação. E isso estará bem claro nas nossas metas”, diz o diretor.



# Logística deve ser prioridade

*Norte Competitivo apresenta estudo que indica como melhorar a logística da Amazônia e tornar os estados mais competitivos*





TARSO SARRAF

O custo logístico para transportar a produção da Amazônia Legal é, em média, de 17 bilhões de reais por ano. Em 2020, se melhorias na infraestrutura dos atuais eixos de integração e a criação de novos corredores de acesso não saírem do papel, este valor passará para 33,5 bilhões de reais ao ano, reduzindo ainda mais a competitividade dos produtos made in Amazônia. O levantamento é do Projeto Norte Competitivo, idealizado pela Federação das Indústrias do Estado do Pará e incorporado pela Ação Pró-Amazônia, da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

No final de novembro, com a conclusão da 2ª etapa do projeto, a Macrologística, empresa de consultoria que desenvolveu o diagnóstico

para a região, apresentou a lista de projetos prioritários para melhorar a logística na Amazônia. Para o curto prazo, foram listados 34 projetos prioritários, que somam um investimento de cerca de 7 bilhões de reais e que viabilizará nove eixos de integração, reduzindo os custos logísticos da Amazônia Legal, além de aumentar a competitividade da região.

Com a lista de projetos prioritários para a região amazônica, os Estados deverão procurar seus representantes políticos e os novos governantes para apresentar o estudo e a ideia de integração e competitividade para a Amazônia. “O Norte Competitivo deverá ser apresentado às bancadas de cada um dos Estados, além, é claro, dos nossos governantes e para a presidente ▶

# i Matéria de capa

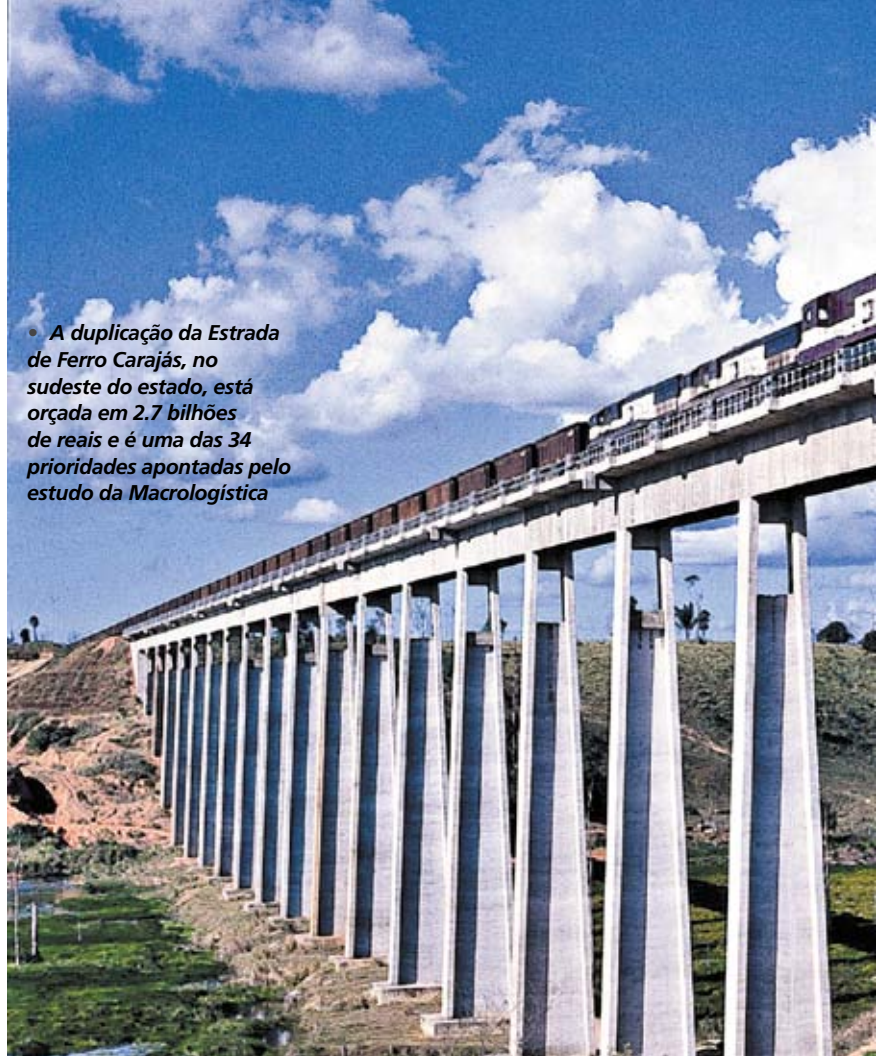
Dilma Rousseff. Esperamos que estes projetos saiam do papel. Será apenas desta forma que a Amazônia, que já tem uma potencialidade natural fabulosa, despontará economicamente, gerando desenvolvimento não só para a região, mas para o Brasil como um todo”, afirma o presidente da FIEPA, José Conrado Santos.

Se os projetos prioritários forem levados adiante pela administração pública e por parte da iniciativa privada, o custo logístico previsto para 2020 reduzirá em 11,3%, uma economia anual de 3,8 bilhões de reais, gerando aumento de competitividade à região.

“O foco na melhoria logística já é demanda antiga da federação. Inclusive, o embrião do Norte Competitivo nasceu destas demandas, aqui no Pará. Há muito buscávamos integrar o Estado como um todo e chegamos a consultar Eliezer Batista, autoridade na área logística, que nos sugeriu ampliar o projeto, considerando não mais só o território paraense, mas a Amazônia”, explicou Conrado.

O consultor da Macrologística, Renato Pavan, chama a atenção para o potencial econômico da Hidrovia do Juruena/Tapajós, eixo que prevê a implantação de 15 projetos de melhoria logística. A dragagem do Canal de Quiriri (ou Marajó) é um deles. Com um investimento de 180 milhões de reais, segundo o levantamento do Norte Competitivo, a retirada de terra do fundo do rio já resolveria o atual problema que impede que navios tipo Capesize, com calado superior a 20 metros, aportem em Vila do Conde. A hidrovia do Juruena/Tapajós reduzirá o custo logístico em até 37% ao ano. “O Brasil tem 48 quilômetros de rios e a gente movimenta muito pouco. É a nossa maior fonte logística e a gente não movimenta esses rios”, destaca o consultor.

Se implementado, este novo eixo de integração trará para a Amazônia uma economia anual de 920 milhões de reais e, com isso, o investimento previsto, de 2.879 bilhões de reais, se pagaria em pouco mais de três anos. Fora a hidrovia, os resultados preliminares utilizando as cargas de 2008 indicam que os eixos de integração da ferrovia Ferronorte até Lucas do Rio Verde, da BR-163 e da Hidrovia do Araguaia são os que trazem maior competitividade à Amazônia Legal.



• *A duplicação da Estrada de Ferro Carajás, no sudeste do estado, está orçada em 2,7 bilhões de reais e é uma das 34 prioridades apontadas pelo estudo da Macrologística*

## Processo de elaboração

Engenheiro e consultor da Macrologística, Renato Pavan explica que a estratégia para compor o estudo foi identificar os sistemas de logística de menor custo, compostos por grandes eixos de transporte intermodais que pudessem tornar a Amazônia Legal mais competitiva. “Mapeamos as 16 principais cadeias produtivas, responsáveis por 95% da produção local e 98% de tudo o que é exportado ou importado pela região, e também projetamos o aumento da produção até 2020. A situação hoje já é ruim. Temos que investir fortemente em infraestrutura para suportar o crescimento da produção até 2020, além de tornar a região mais competitiva, por meio da redução de custos logísticos”, explica.

Uma equipe de 12 pessoas trabalhou em tempo integral no levantamento da atual infraestrutura da Amazônia Legal. Portos, aeroportos, armazéns, hidrovias, ferrovias, dutovias e rodovias de uma região quase do tamanho da Europa foram mapeados e tiveram suas condições de uso analisadas, com a identificação das obras necessárias para a modernização e ampliação.

Identificados os locais de produção, os tipos de produtos e o destino final, foi possível traçar as principais rotas de escoamento. Nessa etapa, um modelo otimizador de software, desenvolvido especialmente para o projeto, identificou os eixos de transporte mais eficientes (mais rápidos e baratos).

O software analisou 32 origens, 38 destinos e 33 diferentes tipos de produtos que se utilizam de uma malha logística composta por 932 rotas de ligação entre as diferentes origens e destinos.



AGÊNCIA VALE

CLAUDIO SANTOS/AGÊNCIA PARA

Foram também imputados parâmetros de custos de frete interno, transbordo, tarifas portuárias e frete marítimo para todo tipo de transporte (hidro, ferro, aéreo, rodo, portos, aeroportos) e cargas (granel agrícola, granel mineral, carga geral, granel líquido, contêineres).

Além de levar em consideração os custos logísticos, a cadeia produtiva e os gargalos para o escoamento da produção, o Norte Competitivo analisou a atratividade de todos os eixos de integração em termos de impacto socioambiental. Os efeitos positivos que dão sustentabilidade à produção, projetos menos poluentes e com maior potencial de geração de emprego e de tributos ganharam atenção para lista de obras prioritárias.

A construção do Terminal Graneleiro em Vila do Conde, por exemplo, é um dos projetos que demonstra ser bastante positivo no que tange a geração de emprego, de tributos, além de benefícios sociais. O projeto, que está previsto para o novo eixo de integração da Hidrovia Telles Pires/Tapajós, deverá gerar empregos permanentes – diferente da obra da dragagem do Canal do Quiriri, que é temporária –, além de criar polos de desenvolvimento econômico na região de Barcarena.

“Não foi à toa que este projeto levou cerca de um ano para ficar pronto. Pegamos todos os eixos de integração, nacional e internacional, analisamos cada um dos projetos pensados para estes eixos e cruzamos com estas variáveis que apontaram, no final, o que era mais viável em um curto prazo”, conclui Olivier Girard, consultor da Macrologística.



## SÃO 34 AS PRIORIDADES LISTADAS

Ao todo, foram mapeados 151 projetos de melhoria logística para a Amazônia Legal, os quais somam um investimento de 51,8 bilhões de reais. Como o valor seria alto para investir em curto prazo, inviabilizando a melhoria logística na região, o Norte Competitivo indicou 34 projetos prioritários. Para a priorização foram levados em consideração os custos logísticos, a cadeia produtiva e os gargalos para o escoamento da produção.

Dentre os 34 projetos prioritários, o Norte Competitivo listou a melhoria na BR-364 (que sai de São Paulo, cortando os Estados de Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre) e que prevê investimento de 782 milhões de reais; melhoria na Belém-Brasília (244 milhões de reais); a duplicação da Estrada de Ferro Carajás (2.762 bilhões de reais); ampliação da Ferrovia Ferronorte até Lucas do Rio Verde – MT (2.512 bilhões de reais) e melhorias na Hidrovia do Madeira (464 milhões de reais).

Além das obras de melhoria e ampliação dos modais já existentes na região, o Projeto Norte Competitivo também sugere a criação de novos eixos de integração. Dos quais estão a abertura, pavimentação e terraplanagem da BR-163, que prevê investimento de 1.363 bilhão de reais; a Hidrovia do Juruena/Tapajós (2.879 bilhões de reais); Hidrovia do Paraguai/Paraná (255 milhões de reais); e Hidrovia do Tocantins (4.102 bilhões de reais).

## Eclusas: inauguradas, mas ain

### 1981 / 1989

Em 1981, foram iniciadas as obras do Sistema de Transposição de Desnível pela Eclusa 1, obras essas consideradas como obrigatórias para permitir o enchimento do Reservatório. Até 1984 as obras tiveram andamento normal e, a partir daí, o ritmo foi diminuindo até a total paralisação em 1989.

### 1997/ 2001

Em 1997, foram elaborados estudos técnicos de atualização do Projeto Básico, necessários à conclusão das Eclusas de Tucuruí. Em setembro de 1998, o Ministério dos Transportes assinou o Termo Aditivo ao Contrato DT-TUC-100/81, para a conclusão das obras civis das Eclusas de Tucuruí, com a empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.

### 2002 / 2004

De 2002 a 2004 (32 meses), as obras civis estiveram paralisadas, inicialmente em consequência da suspensão dos recursos financeiros por ordem do TCU e, posteriormente, o Ministério dos Transportes, através da Portaria Nº 05 de 10/01/2003, determinou a suspensão de todos os contratos administrados pelo DNIT. Somente em julho/2004 as obras foram retomadas.

### 2004 / 2005

Com a emissão da Ordem de Serviço Nº 01/2004 em 19/06/2004, as obras foram reiniciadas em ritmo intenso, sendo gradativamente desacelerada em consequência da não liberação dos recursos previstos no Orçamento Geral da União - OGU de 2005, gerando a total paralisação em outubro de 2005.

Quase três décadas se passaram desde que foram iniciadas as obras que devolveriam a navegabilidade do rio Tocantins (*veja linha do tempo acima*). No último dia 30 de novembro, finalmente o presidente Lula inaugurou as Eclusas de Tucuruí, que permitirão o tráfego de cargas até o porto de Vila do Conde, em Barcarena, ponto estratégico para quem mira os mercados norte-americano, europeu e do extremo oriente.

Para os empreendimentos que utilizarão esse novo corredor viário, os principais ganhos são uma viagem mais curta, o que resultará na redução de custos e na redução de emissão de CO<sub>2</sub>. A Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipar) fez, durante a inauguração das eclusas, a primeira exportação de ferro-gusa utilizando a hidrovia. Duas embarcações da MC Log, empresa do Grupo Cosipar, atravessaram a hidrovia, ligando Marabá a Barcarena. A primeira barcaça levou o presidente Lula e sua comitiva, e a segunda transportou 300 toneladas de gusa.

“É um componente importante para a estrutura da navegação fluvial, já que o Brasil tem uma grande limitação de rodovias. Com o sistema de integração dos rios Tocantins e Araguaia em funcionamento, aumentaríamos a capacidade de navegação de 500km para 2.400km. É um benefício ambiental, econômico e social”, expli-



• Embora as eclusas permitam a navegabilidade no Tocantins, para aproveitar o potencial do rio nos doze meses do ano, são necessárias as obras de derrocamento, que ainda não foram iniciadas

# da há trabalho



## 2006

Em 29/12/2006 foi assinado o Convênio de Delegação N° 310-DAQ-DNIT, onde foi delegada pelo DNIT à Eletrobras/Eletronorte a continuidade da execução das obras. Em 28/03/2007 foi assinado o Termo de Sub-Rogação e Rerratificação ao Contrato N° 009/98 - MT entre o DNIT, a Eletronorte e a empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.

## 2007

Em abril de 2007, com a assinatura do termo de sub-rogação ao contrato N° 009/98 - obras civis, foram retomadas as obras das Eclusas de Tucuruí com previsão de conclusão em dezembro de 2009 e início do processo indenizatório para relocação das famílias atingidas pela obra.

## 2008

Com a assinatura do termo de sub-rogação e rerratificação ao contrato n° 037/99-MT - obras eletromecânicas, em fevereiro de 2008, foram iniciadas a mobilização para a retomada da fabricação e montagem dos equipamentos eletromecânicos.

## 2010

Na data de 30 de novembro, as eclusas foram inauguradas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na presença de prefeitos da região, ministros e de representantes de setores produtivos.

FONTE: SITE DA ELETROBRAS

ca Luiz Carlos Monteiro, presidente da Cosipar, que estima reduzir em 100 vezes a emissão de gás carbônico durante o processo de exportação. A empresa é a primeira a exportar gusa pela hidrovia através de comboio de oito embarcações com 5.400 toneladas, o equivalente a 200 carretas, ou conjunto de nove barcaças totalizando 18 mil toneladas de gusa.

Quando se fala em garantir a competitividade do Pará, as eclusas são um item imprescindível ao aproveitamento econômico do grande potencial agropecuário, florestal e mineral da região. Contudo, lembra o engenheiro Hito Braga de Moraes, da Faculdade de Engenharia Naval da UFPA e que acompanha os projetos de derrocamento e aproveitamento hidroviário do rio Tocantins, a navegabilidade plena desse corredor hidroviário depende de outras obras. “Para a navegação ficar completa ao longo de todo o ano, é preciso fazer obras de derrocamento.” Elas é que permitirão a remoção de pedras do rio, rebaixando o seu nível em três metros de profundidade. Com isso, embarcações de grande calado poderão utilizar a hidrovia, inclusive nos períodos de seca, explica o engenheiro. O projeto foi entregue ao DNIT no ano passado. Haverá agora uma concorrência pública para a realização dessas obras. ■

## CUSTO DAS ECLUSAS

- ☑ R\$ 1,66 bilhão: investimento total nas obras das eclusas
- ☑ R\$ 24,4 milhões: serão necessários para indenizar as famílias atingidas pelo empreendimento e para construir um novo bairro
- ☑ R\$ 3 milhões: deverão ser investidos como compensação ambiental em unidades de conservação

## FICHA TÉCNICA

- ☑ Comprimento útil da câmara: 210,00 m
- ☑ Largura da câmara: 33,00 m
- ☑ Cota de coroamento: 77,50 e 76,00 m
- ☑ Cota da soleira de montante: 51,50 m
- ☑ Cota da soleira de jusante: 32,50 m
- ☑ Cota do topo dos difusores: 31,50 m
- ☑ Lâmina d'água mínima: 6,00 m

FONTE: ELETRONORTE/ELETROBRAS



CHRISTIAN KNEPPER



ARQUIVO ALCOA

## Novos paradigmas da economia

*Ações com foco na comunidade e meio ambiente passam a ser determinantes para a competitividade no mercado.*

Com o passar dos anos, a mineração tem se confirmado como um importante setor para a economia do país. A indústria tem registrado índices positivos de exportação e ganhado a confiança do mercado exterior. Somente em 2010, a indústria mineral deve corresponder a 16 bilhões de dólares da balança comercial brasileira. Na mesma proporção em que os bons resultados econômicos se mantêm, aumenta a cobrança por uma atuação mais justa e equilibrada, a chamada sustentabilidade, que pode ser conceituada como uma estrutura que funciona a partir de três pilares: desenvolvimento econômico, social e ambiental. Se uma das três funciona de forma desigual, a estrutura cai.

O presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Paulo Camillo Vargas Penna, afirma que assumir o compromisso de manter uma atuação sustentável é determinante para a manutenção de relações comerciais duradouras. “Para o fornecimento de minérios, a competição é grande, portanto a sustentabilidade é um di-

ferencial competitivo no mercado. Se você não absorver princípios ou não aplicar o que há de mais moderno ou mais adequado na área, você será afastado do mercado. Não é só uma questão de ser bom caráter, mas é porque isto é determinante para que o Brasil se mantenha entre os países que competem no mercado mineral internacional”, avalia o presidente do Ibram.

Os órgãos ligados à atividade mineradora, como o Departamento Nacional de Produção Mineral, acompanham essa adequação de perfil. “Uma empresa que não incorpora uma cultura de sustentabilidade está fadada, sem dúvida, a perder competitividade e ser eliminada do mercado. Seja por pressões da comunidade, ou dos órgãos de controle e fiscalizações, o conjunto desses fatores compromete a empresa e ela pode ter seus dias contados”, analisa Miguel Nery, diretor geral do DNPM.

Pela relevância do tema, a sustentabilidade na mineração foi a pauta da Expositram Amazônia 2010, realizada em novembro em Belém,



- *Nas imagens ao lado, exemplos de sustentabilidade da Dow Corning, com atividades de reflorestamento, e da Alcoa, onde o estímulo ao voluntariado é incentivado*

## Responsabilidade social e ambiental rendem prêmio

Outro caso de sucesso de sustentabilidade no Pará está em Juruti, município do Oeste do Estado, onde a Alcoa mantém uma mina de bauxita, inaugurada há pouco mais de um ano. A Companhia atua na indústria do alumínio e busca a sustentabilidade em todas as suas práticas, serviços e produtos oferecidos aos clientes. Por ser altamente reciclável, o alumínio é um exemplo de sustentabilidade em forma de metal, pois cerca de 75% de todo o alumínio produzido desde 1888 ainda continua em uso.

Em reconhecimento à responsabilidade social e ambiental da Companhia, em 2010, a Alcoa foi eleita a Empresa Sustentável do Ano pelo Guia Exame de Sustentabilidade. De acordo com Franklin L. Feder, presidente da Alcoa América Latina e Caribe, o prêmio contribuiu para ampliar a sustentabilidade nas operações nas diversas unidades onde a Companhia atua. “É realmente uma grande honra conquistar o primeiro lugar entre as empresas mais sustentáveis do Brasil, ainda mais quando se sabe que no ranking da Exame figuram empresas de grande prestígio”, afirmou o presidente.

Em Juruti, por exemplo, desde que foi implantada, a Alcoa incentivou o desenvolvimento de um trabalho que articula organizações civis e poderes públicos e empresas, dando início a um modelo de mineração inovador no Estado. Denominada de Juruti Sustentável, a iniciativa é composta de um Conselho Consultivo, um Fundo de Financiamento e Indicadores de Desenvolvimento. O Conselho Juruti Sustentável (CONJUS) é composto por nove instituições civis, três empresas (incluindo a Alcoa) e três representantes do poder público que constroem juntos um planejamento de ações para o município, a Agenda 21 de Juruti.

onde empresas de mineração de atuação global apresentaram suas práticas sustentáveis, inclusive apresentando exemplos de ações locais.

Em Breu Branco, região sudeste do Estado, a fabricante de silício metálico Dow Corning Metais do Pará tem como base a sustentabilidade. A fabricação do produto começou em 1988, quando iniciaram as operações da empresa que, hoje, é uma das maiores fabricantes do produto no Brasil. A energia que alimenta o processo produtivo da Dow Corning é limpa e renovável e tem origem na Hidroelétrica de Tucuruí. Já o próprio silício surge a partir da combinação entre quartzo, carvão vegetal e cavaco de madeira, provenientes de áreas de reflorestamento com eucaliptos e manejo da floresta nativa.

Nas fazendas da empresa, Água Azul I e II, há projetos de reflorestamento com plantio de eucalipto que garantem o abastecimento da fábrica de silício, e 80% da área total é mantida como floresta nativa. Para desenvolvimento desses projetos, os recursos florestais são explorados de forma ecologicamente correta, respeitando ciclos de vida florestal e espécies nativas.

Além disso, a empresa desenvolve projetos de mineração de quartzo garantindo a correta recuperação das áreas exploradas. Em modernas instalações para despoejamento, a microssilica é coletada após funcionamento dos fornos de si- ▶



• *Atividades de voluntariado da Alcoa no município de Juruti, oeste do Estado*

lício. A fumaça desses fornos é transformada nos produtos Silica Ativa Dow Corning, utilizados na construção civil para obtenção de concreto de alta resistência e na indústria de materiais refratários. “Nosso objetivo é demonstrar que a sustentabilidade é a base do trabalho desenvolvido pela Dow Corning. Produzimos silício metálico de forma limpa, no coração da Amazônia”, explica Bruno Parreiras, diretor de Tecnologia de Silício Metálico da empresa.

E as iniciativas não se restringem aos processos produtivos. Projetos de comunidades próximas à fábrica, principalmente os que envolvam crianças e adolescentes, recebem apoio da empresa. Por meio de atividades, como oficinas de trabalhos manuais e ações de lazer, o projeto “Criança é o Futuro” contribui para a qualidade de vida de crianças que viviam em situação de risco social. Já na ONG “Torpedos Mirins”, jovens voluntários ajudam na formação de outros jovens da comunidade, que participam de ações com conceitos de cidadania e também praticam artes marciais e danças regionais. ■

## O incentivo às práticas sustentáveis

O fundo de financiamento, denominado Fundo Juruti Sustentável (FUNJUS), promove o desenvolvimento de projetos sociais, econômicos e ambientais de organizações na região, com apoio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). A Alcoa é a primeira depositária do FUNJUS, com investimento inicial de R\$ 2 milhões aplicados durante a fase piloto, iniciada em maio de 2009. Já os Indicadores permitem o monitoramento de um conjunto de aspectos das dinâmicas do desenvolvimento de Juruti e entorno, com apoio da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a partir de uma “fotografia” de como era o município antes da Alcoa chegar, com base em dados oficiais e por meio de indicadores construídos em conjunto com a comunidade.

A comunidade também é beneficiada pelas ações de voluntariado estimuladas pela empresa. Para Juruti, a Alcoa adaptou os dois programas já consolidados em outros estados brasileiros. Aproveitando o time de 458 alcoanos da Mina, “Bravo!” e “Action” são os principais programas de responsabilidade social mantidos pela Companhia, em parceria com o Instituto Alcoa.

Criado em 2002, o “Bravo!” é um programa de voluntariado individual instalado em Juruti em 2005, antes mesmo das obras de implantação da Mina iniciarem. Desde então, já envolveu cerca de 45 pessoas. Cada participante é orientado a atender a mesma instituição em um determinado ano, exercer serviços voluntários e, ao final de 50 horas de dedicação no período de 12 meses, o bravista recebe um cheque a ser entregue para a instituição, destinado a investimentos na própria organização. Outra iniciativa é o programa de voluntariado coletivo, o “Action”, que completa nove anos no Brasil. É realizado desde 2007 em Juruti e já conta com 289 voluntários. Em parceria com a Alcoa Foundation, um grupo de funcionários da Mina dedica finais de semana para dar uma cara nova a instituições e, após a tarefa cumprida, fazem a doação de uma quantia em dinheiro para que os benefícios continuem. Em quatro horas de trabalho voluntário, durante um sábado ou domingo, alcoanos fazem reformas na pintura de prédios, mutirão de limpeza ou atividades educativas.



## UMA QUESTÃO DE ÉTICA

*O ambiente corporativo exige que algumas regras sejam respeitadas e praticadas, por isso cada vez mais corporações estão aderindo ao código de ética*

Você já deve ter ouvido alguém comentar sobre o trabalho em locais nada corporativos, certo? O hábito de falar da profissão durante o almoço, no jantar, em encontro com amigos e parentes, é muito comum. Essa prática, no entanto, pode ser prejudicial quando a conversa passa dos limites e acaba envolvendo informações que não deveriam ultrapassar as paredes da empresa.

Quando isso acontece, não importa se é uma informação estratégica, de um trabalho rotineiro ou ainda de pessoas. Espalhar informações como essas pode gerar consequências desagradáveis e até prejudiciais. E, mesmo se os dados forem favoráveis à empresa, como um plano de aumentos salariais, por exemplo, divulgá-los sem autorização pode acarretar até a demissão do profissional.

Atualmente, muitas organizações passaram a aderir a uma ferramenta chamada de Código de Ética, que orienta os empregados a tomarem cuidado com informações que não devem sair da empresa. E não apenas isso. O código pauta a observância aos princípios éticos que influenciam as relações com todas as partes interessadas com as quais interage no cumprimento da missão empresarial: conselheiros, dirigentes, colaboradores, sociedade, clientes, fornecedores, meios de comunicação, organizações, lideranças políticas e instituições do Estado.

De acordo com a Gerente de Recursos Humanos do Serviço Social da Indústria SESI Pará, Ana Lídia Leitão, o Código de Ética é um instrumento criado para orientar o desempenho dos colaboradores em suas ações e na interação com a sua empresa. “Se cada empresa elaborasse seu próprio código, especificando sua estrutura organizacional, a atuação dos seus profissionais e colaboradores poderia orientar-se através do mesmo. O sucesso da empresa depende das pessoas que a compõem, pois são elas que transformam os objetivos, metas, projetos e até mesmo a ética em realidade”, explica a gerente.

Para o Superintendente Regional do SESI Pará, José Olimpio Bastos, a ética profissional é um tema que deve estar presente em todas as relações sociais e que deve ser



trabalhado para reforçar princípios e valores para construir uma nova sociedade. “A ética busca entender de que maneira as pessoas podem viver melhor em sociedade, ter um pensamento ético é estar sempre avaliando se as nossas ações estão certas ou erradas, aceitas ou não aceitas, e assim, agir de forma que não prejudique os outros.”

Ser ético no trabalho pode ser um fator determinante para o sucesso profissional. “Um deslize ético pode ser um caminho sem volta tanto para profissionais quanto para as instituições. E por entender que a ética é muito importante, o SESI elaborou e atualizou em 2010, o seu novo Código de Ética, que transmite a visão e a missão da entidade sob como agir de maneira ética a fim de atingir os objetivos. Ela é fundamental para a integração de equipes e para estimular o comprometimento dos funcionários”, aponta Olimpio.

Quando se vive em um ambiente profissional que há um conjunto de princípios e valores definidos que sejam partilhados, as chances de os empregados serem éticos são muito maiores. Na seleção de pessoal, as grandes empresas procuram observar essas questões de comportamento, aquilo que as pessoas são em qualquer ambiente será o mesmo que ela vai ser no ambiente de trabalho.

Segundo muitos pensadores a ética está ligada à cultura, é viver bem em sociedade, entender as diferenças e respeitá-las. Cada agrupamento social se norteia por um conjunto de valores e todas as organizações possuem esses conjuntos, eles precisam ser observados para o bem comum, quando não respeitamos esses códigos de ética estamos quebrando os ritos da nossa unidade de trabalho e não estamos sendo corretos com os membros da nossa organização. O profissional precisa se moldar à cultura organizacional. Ou ele se integra ou será excluído naturalmente da organização que segue estes princípios. ■

# Sua empresa sabe se comunicar?

*Comunicação também faz parte do negócio e já é uma estratégia importante para o sucesso corporativo*

Quando o empresário abre um negócio, ele sempre procura focar a visão, a missão e os valores que vai trabalhar, mas muitas vezes esquece que a comunicação é também uma ferramenta para o desenvolvimento da empresa. É ela a responsável por amparar a imagem da empresa com seus públicos internos e externos, colaborando para um valor que não se pode mensurar: o valor da marca.

Yvana Crizanto, jornalista com especialização em Comunicação Corporativa pela Universidade Cândido Mendes (RJ) e experiências em comunicação empresarial, ressalta que a comunicação atua prevendo oportunidades e riscos de cada um dos relacionamentos da empresa, propondo soluções que maximizem a marca da empresa e sua imagem. Assim, as empresas que investem na comunicação ganham um público mais bem informado sobre seus produtos e ganham as contribuições do retorno, o *feedback*, sobre sua atuação no mercado, em um processo constante e rico de troca.

Para a jornalista, com o avanço da globalização, as empresas devem se adequar em uma nova dinâmica na área de comunicação. “Estamos falando de tempos em que as pessoas repassam e recebem informações em uma velocidade surpreendente e as empresas têm tido de acompanhar essa evolução. O profissional de co-



• **Nara Oliveira, da Gestor: comunicação como parte da gestão corporativa**

municação tem muito a contribuir, inclusive estrategicamente, para o planejamento empresarial”, explica.

A Gestor Consultoria, empresa que atua em Belém, Parauapebas, Ourilândia do Norte e São Luís (MA), incorporou a comunicação como uma das ferramentas para o crescimento de uma empresa. “Com esse trabalho junto a jornais, revistas e mídias sociais vamos contando ao mercado o valor de planejar estrategicamente o futuro. Muito mais que uma propaganda, trata-se de um serviço ao empresário. Buscamos esclarecer nosso público sobre assuntos relacionados ao nosso segmento”, afirma a proprietária Nara Oliveira.

Para as empresas, a comunicação tem um papel importante ao manter funcionários informados sobre o que acontece na empresa. “É um desafio

árduo, visto que estamos geograficamente muito separados, trabalhamos em matriz e alguns consultores e membros de equipe só se veem algumas vezes ao ano. Acreditamos que somente uma comunicação corporativa forte vence a força da informalidade e a sedução da conversas paralelas”, declara.

Parte da comunicação de uma empresa significa manter uma aproximação com a mídia e garantir que a corporação seja uma fonte com credibilidade para os jornalistas. Segundo a assessora de imprensa Yvana Crizanto, o repórter, quando procura a empresa, espera ter informação rápida, de qualidade e acesso fácil às fontes. Do outro lado, o cliente quer a visibilidade de seus resultados. Cabe ao setor de comunicação ou ao assessor de imprensa intermediar os interesses de ambos os lados, com um equilíbrio de satisfação do cliente e do repórter, afirma.

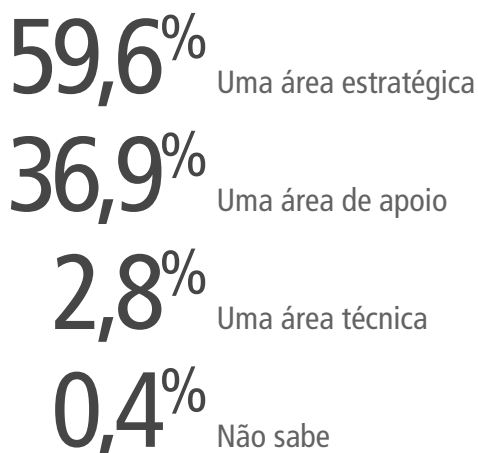
O bom assessor de imprensa é aquele que está ligado no que acontece na empresa e que pode virar notícias. Beatriz França, assessora de imprensa da Gestor, revela que garantir um bom relacionamento com repórteres, produtores e editores é um meio para que a empresa sempre esteja na mídia. “Temos que sempre procurar informações relevantes para repassar a eles. A mídia é de grande importância para o crescimento de nossa empresa”, afirma. ■



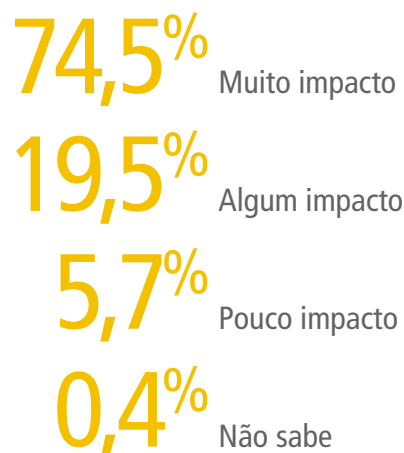
## Comunicação em alta

Pesquisa realizada em 2008 pelo DatABERJE, instituto de pesquisa da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, revela que é grande o número de empresas que reconhecem a comunicação como parte estratégica do negócio. O estudo coletou informações com 282 profissionais responsáveis pela área de comunicação nas empresas que estão entre as "1000 melhores de Valor" (edição 2007).

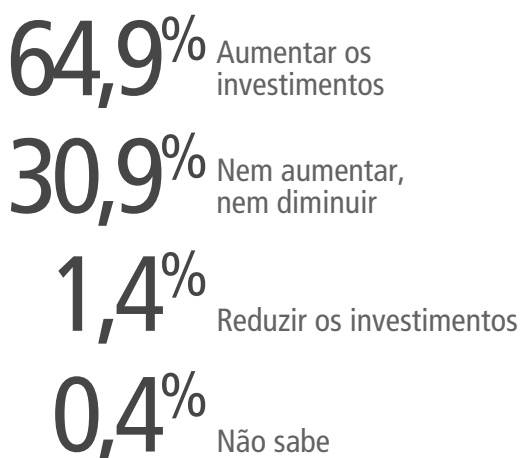
Na sua empresa, a área de Comunicação é vista como:



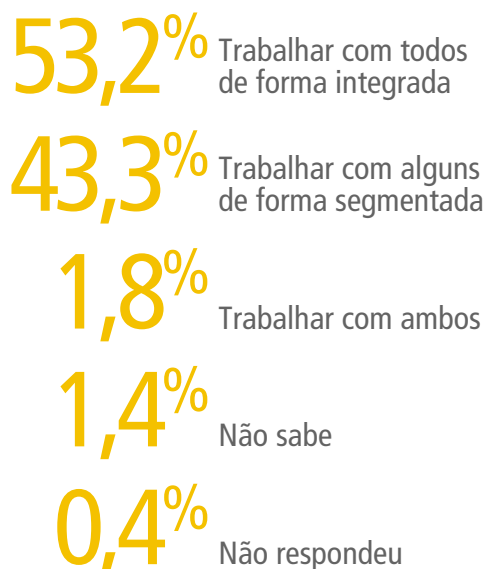
Na sua opinião, qual o impacto da comunicação corporativa na reputação da sua empresa? Diria que percebe:



Pensando nos investimentos futuros em comunicação corporativa, você acredita que a sua empresa irá:



Qual a tendência da área de comunicação corporativa na sua empresa, em relação aos públicos?



# Mais oportunidades para todos

*Programa Senai de Ações Inclusivas estimula a empregabilidade para minorias*

**O** Brasil tem cerca de 24 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Embora tenham necessidades especiais, essas pessoas têm os mesmos direitos que qualquer cidadão, entre eles, o direito de trabalhar. No entanto, há barreiras que impedem a absorção dessas pessoas pelo mercado de trabalho. Por meio do Programa Senai de Ações Inclusivas (PSAI), isso vem mudando.

O PSAI tem quatro vertentes de atuação: pessoas com deficiência, gênero, raça e etnia e maturidade. O programa aposta na educação, na formação profissional e na promoção do conhecimento como ferramentas de valorização do cidadão, possibilitando a esses públicos a chance de conquistar um espaço no mercado de trabalho, o que se reflete na elevação da autoestima e na geração de emprego e renda. O Senai tem a parceria de empresas e instituições governamentais e não governamentais que se unem pela causa da inclusão.

Para Jhones Silva, participar do programa significou uma mudança de vida e de comportamento. Filho de uma família de mecânicos, ele sonhava em seguir a tradição familiar e fazer carreira no município de Altamira, mas a limitação física parecia um obstáculo. Depois de participar do PSAI e se qualificar no curso de mecânica de motocicleta, ele finalmente alcançou seu objetivo.

Hoje, aos 28 anos, Jhones trabalha na oficina da família e apesar de enfrentar dificuldades, pelo fato de ser cadeirante, não desanima na hora de sonhar mais alto. Ele quer agora abrir seu próprio negócio. “O Senai me abriu as portas para

a realidade. Eu não aceitava a minha condição física e hoje consigo viver feliz e fazendo o trabalho que eu amo”, ressalta. O Senai de Altamira também está ajudando outros deficientes físicos da região com a confecção de cadeiras de rodas pelos alunos dos cursos de ajustador mecânico e tornearia.

O preconceito no ambiente de trabalho e também entre alguns empregadores ainda é uma realidade para os públicos do PSAI. Nesse cenário, a qualificação profissional se torna ainda mais importante, pois pode ser o determinante na hora da contratação ou manutenção do emprego. Com tantas inovações nas empresas, tecnologias diferentes e novos modelos de gestão, quem tem mais de 45 anos enfrenta dificuldades para entrar no mercado de trabalho ou continuar nele. No entanto, com qualificação, o índice de empregabilidade aumenta.

**O PSAI TEM QUATRO VERTENTES DE ATUAÇÃO: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, GÊNERO, RAÇA E ETNIA E O PROGRAMA PARA A MATURIDADE**



ARQUIVO ASCOM FIEPA

A secretária Antônia Torres, de 56 anos, decidiu aumentar sua qualificação após 30 anos de serviço. Ela conta que fez o curso de informática com acesso à internet para se adequar as mudanças e não ficar atrás dos colegas de trabalho mais novos. “O curso do Senai foi muito bom para mim. Aprendi diversas coisas que estão sendo muito úteis no meu serviço e ainda pretendo fazer outros cursos para ter mais domínio com as planilhas e trabalhar com o programa Excel”, declara.

Outro desafio do PSAI é aumentar a participação das mulheres nos cursos oferecidos pelo Senai. Elas vêm conquistando mais espaço no mundo do trabalho, rompendo paradigmas relativos às profissões estigmatizadas para homens, mas ainda persiste o preconceito. Para mudar a ideia de que só os homens entendem de mecânica, a jovem Isonide Alves, de 21 anos, é uma das mais assíduas do curso de Mecânica de Automóveis, no CEP Getúlio Vargas, em Belém. Ela e mais duas mulheres fazem parte da turma, em que a maioria ainda é masculina.

Isonide faz estágio em uma concessionária na área de troca de peças e é a única mulher na área. “Alguns clientes me parabenizam pela iniciativa e outros até se surpreendem por ver uma mulher trocando o óleo e as peças dos veículos”,

*“O curso do Senai foi muito bom para mim. Aprendi diversas coisas que estão sendo muito úteis no meu serviço e ainda pretendo fazer outros cursos para ter mais domínio com as planilhas e trabalhar com o programa Excel.”*

Antônia Torres, secretária

conta. Segundo ela, as aulas têm ajudando bastante, até mesmo em coisas cotidianas. “Amigos homens me procuram na hora de fazer uma revisão no carro para não serem enganados em oficinas. Quero mostrar que as mulheres também estão com tudo na área de mecânica”, brinca a jovem.

O diretor regional do Senai no Pará, Gerson Peres, explica que o grande foco do programa é oportunizar a educação profissional para todos os cidadãos que por algum motivo sociocultural, econômico ou por preconceito, são tolhidos de exercer esse direito constitucional. “Mais do que a oportunidade profissional, o curso promove o resgate da dignidade e da autoestima dessas pessoas e a capacitação abre mercado de trabalho nas empresas industriais de qualquer porte ou área”, explica Gerson. ■

# O pontapé inicial para a carreira

*Estágio agrega vantagens para empregador e estudantes que estão construindo a vida profissional*

Com a aprovação da Lei de Estágio em 2008, o cenário apontava para uma queda no número de estagiários em todo o país, já que as empresas se sentiram inseguras, enxergando vantagens apenas para os estudantes. A queda ocorreu – antes da lei, o Brasil tinha 1,1 milhão de estagiários, número que caiu até 40%, segundo o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) –, mas teve outra causa. A nova lei surgiu ao lado da crise financeira global, em 2008, o que provocou a inclinação nas contratações de uma forma geral. O número atual de estagiários já chega a 1 milhão em todo o Brasil, o que comprova que, diferentemente do que acontecia há alguns anos, o estagiário não é mais visto como mão de obra barata. Ao contrário, é uma forma que as empresas encontraram para formar profissionais completos, com competências alinhadas ao negócio.

Na avaliação de Carlos Auad, superintendente regional do IEL-PA, sociedade já se conscientizou da importância dessas alterações na legislação para o resgate do real intuito da prática de estágio. Segundo ele, as novas regras favorecem o investimento na gestão de talentos. “O objetivo da nova lei é deixar o estágio mais controlado e incentivar a cultura de contratação pelas empresas”, enfatiza. Sobre a nova lei, a coordenadora de estágios do IEL, no Pará, Vanessa Anjos, completa: “Agora podemos compreender as vantagens que a Lei trouxe tanto para empresas concedentes, instituições de ensino e principalmente para os estagiários. A nova lei define bem o papel de cada um. Assim, o estágio ganhou mais credibilidade, passou a ser feito de forma mais responsável.”

Parte dessa mudança na percepção dos benefícios do estágio foi impulsionada também pela reestruturação dos programas de estágio, que agora estão mais completos e garantem mais segurança às empresas, instituições de ensino e aos estudantes. “O programa de estágio do IEL colabora para o aperfeiçoamento de talentos e a qualificação dos futuros profissionais para o mercado de trabalho”, ilustra Gualter Leitão, diretor regional do IEL-PA. Na

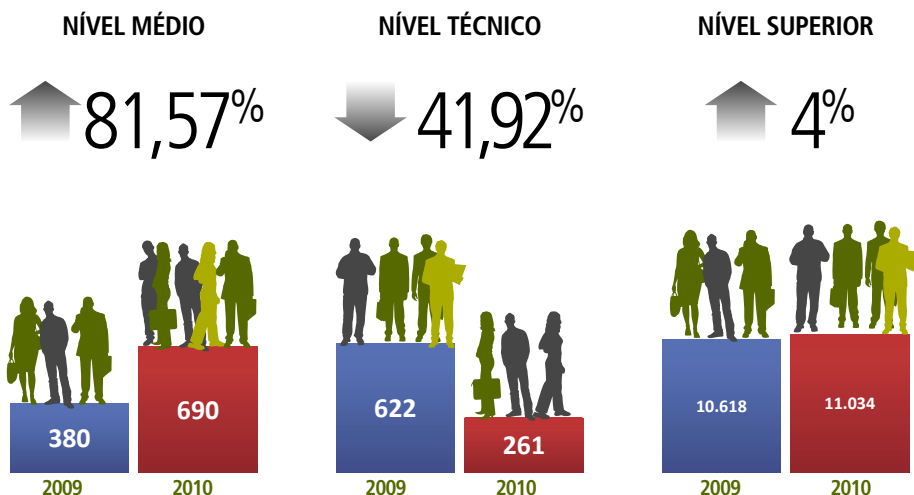


*“Não podemos parar. O mercado nos impulsiona a sempre estar buscando qualificação.”*

Cassandra Lobato, ex-estagiária e agora assessora técnica do Centro Internacional de Negócios da FIEPA

## NÚMEROS DE ESTÁGIOS NO PARÁ

Comparativo do período janeiro a novembro



hora da contratação, as empresas valorizam o profissional que tem vivência de estágio. Isso demonstra que ele é uma pessoa preocupada com a sua carreira e, geralmente, esses profissionais se destacam com relação àqueles que não fizeram estágio.

Cada vez mais estruturados, os programas de estágio se tornam um diferencial para aqueles que participam. É durante o estágio que o estudante tem a oportunidade de vivenciar o dia a dia da profissão que escolheu e confirmar, ou não, as expectativas a respeito da carreira. Além disso, é um importante período para desenvolver competências comportamentais cada vez mais exigidas pelo mercado.

Não raramente o estagiário é absorvido pela empresa, o que é uma grande oportunidade para o empregador, que agrega à sua equipe alguém que está alinhado às diretrizes corporativas. Um bom exemplo é o administrador Hugo Tanimoto, que entrou no mercado de trabalho através do estágio, ainda em 2007. Tanimoto revela que o segredo do sucesso é estipular metas. “Sempre que recebia uma demanda, procurava desempenhá-la com responsabilidade e profissionalismo, mesmo que parecesse uma tarefa simples. E sucessivamente proponho ideias novas e aplicáveis”, expõe. É essa postura de seriedade e compromisso, adquirida ainda no estágio, que será um grande diferencial para o profissional que está em formação.

Cassandra Lobato, ex-estagiária e agora assessora técnica em comércio exterior pelo Centro Internacional de Negócios (CIN), encontrou no estágio afinidades e diferenciais que a impulsionaram na carreira. “Aqui, aprendi a fazer análises, elaboração de relatórios e estatísticas, o que agregou bastante na minha vida profissional”, conta.

O caminho entre o estágio e a contratação depende do desempenho do estudante. Uma boa dica para garantir a efetivação é buscar a qualificação constante. “Não podemos parar. O mercado nos impulsiona a sempre estar buscando qualificação”, conta Cassandra. ■

*“Sempre que recebia uma demanda, procurava desempenhá-la com responsabilidade e profissionalismo, mesmo que parecesse uma tarefa simples.”*

Hugo Tanimoto,  
administrador



A missão do IEL é promover o aperfeiçoamento da gestão, a capacitação empresarial e a interação entre as empresas e os centros de conhecimento, contribuindo para a competitividade da indústria brasileira. Veja o resultado das ações desenvolvidas pelo IEL em 2010:

### CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL E PROFISSIONAL

**30**  
cursos ofertados

**1.125**  
Pessoas capacitadas

**18**  
Empresas contratadas

### PROGRAMAS E PROJETOS

**9**  
Programas/projetos

**239**  
Empresas beneficiadas

**33**  
Visitas técnicas

**642**  
Consultorias

**5**  
Eventos

**1.258**  
Pesquisas/  
entrevistados

# Esporte em alta nas indústrias

*Jogos Regionais do Sesi comprovam a adesão dos trabalhadores à prática esportiva*

As empresas já perceberam como oportunidade o incentivo às práticas esportivas para seus empregados. O resultado pode ser mensurado no melhor desempenho do trabalhador, no comportamento dentro do ambiente corporativo e na adoção de um estilo de vida com mais qualidade. A constatação de que é grande o número de trabalhadores adeptos do esporte veio com a realização dos Jogos Regionais do Sesi (Comitê Norte) 2010, competição que reuniu mais de mil trabalhadores da indústria dos Estados da Região Norte.

A prática de esportes favorece o desempenho dos trabalhadores da indústria. “Eles se sentem mais estimulados e a produtividade deles aumenta. Mas não é apenas isso: a melhora da qualidade de vida do profissional também fomenta de forma indireta o crescimento da indústria, pois o melhor rendimento influencia no resultado do produto final e promove a competitividade entre as empresas”, frisa o Superintendente Regional do Sesi, José Olímpio Bastos.

A competição, realizada de 12 a 16 de novembro, foi sediada pela primeira vez pelo Estado e teve como palco as unidades do Sesi de Belém, Ananindeua e Castanhal, ginásios esportivos e o estádio do Mangueirão. A intenção do evento foi incentivar a prática esportiva e proporcionar melhor qualidade de vida aos trabalhadores do setor produtivo, seguindo as diretrizes trabalhadas pelo Sesi. Os competidores foram os atletas da indústria selecionados nas etapas municipais e estaduais dos jogos.



MARIO QUADROS

MARIO QUADROS

Nos quatro dias do evento, mais de 250 dos trabalhadores-atletas receberam troféus e medalhas, e os vencedores de cada categoria ganharam a oportunidade de participar da fase nacional, a ser realizada em Salvador, Bahia, em maio do próximo ano. Se conquistarem o campeonato novamente, prosseguem para o mundial, no mês de julho, em Israel.

A 12ª edição dos Jogos Regionais do Sesi teve 10 modalidades, distribuídas em diversas provas nas categorias masculina e feminina. O destaque do evento foi para trabalhadores do Amazonas, que venceram a maioria das provas disputadas. A competição serviu, ainda, de ensaio para os Jogos Nacionais do Sesi de 2014, que também terão pela primeira vez o Estado como sede. “Os resultados foram positivos e a partir de agora vamos trabalhar com a meta de realizar um evento de porte ainda maior daqui a quatro anos”, adianta José Olímpio Bastos. “Além de incentivar o esporte amador, proporcionamos a integração dos competidores”, afirma Éder Palheta, gerente de Cultura, Esporte e Lazer do Sesi/PA. ■

• **Em cinco dias de competição, trabalhadores-atletas mostraram muito fôlego e disposição para encarar dez modalidades**





OSWALDO FORTE



MARCOS FILIPE



RAY NICHATO

### QUADRO GERAL DE MEDALHAS

	OURO	PRATA	BRONZE
 Amazonas	47	22	14
 Pará	19	20	16
 Rondônia	11	17	20
 Acre	1	7	6
 Roraima	1	4	5
 Amapá	0	4	4

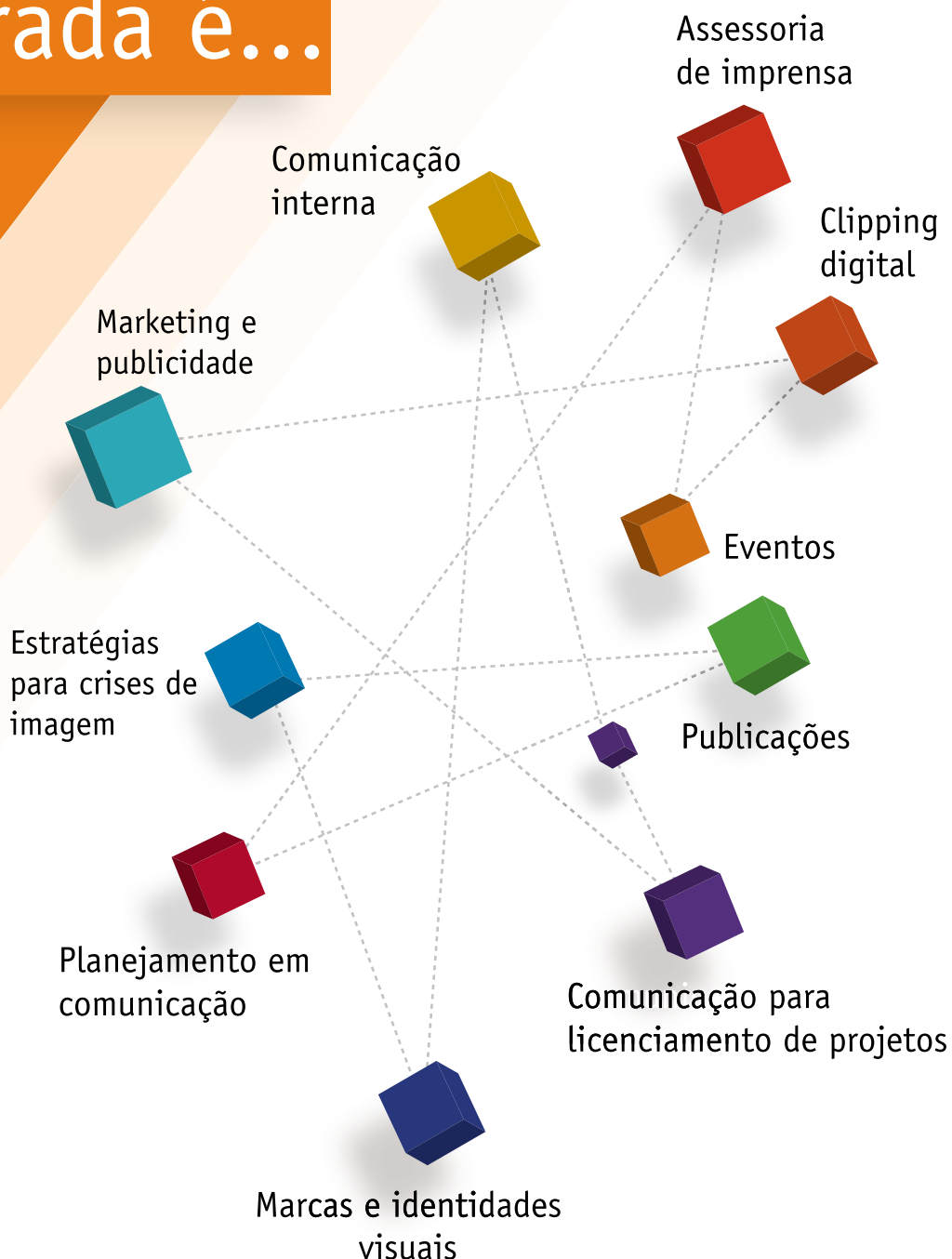


# INDÚSTRIA EM FOCO

Produção de silício metálico da Dow Corning Metais do Pará em registro de Christian Knepper.



# Comunicação integrada é...



Ter soluções sob medida para os desafios de nossos clientes.



# UMA INDÚSTRIA QUE CRESCE COM SUSTENTABILIDADE

O Sistema FIEPA é a indústria paraense. Uma indústria preocupada tanto com a sustentabilidade dos seus negócios e qualidade dos seus produtos quanto com a qualidade de vida dos seus trabalhadores e de seus dependentes. Por isso, participa ativamente de discussões e projetos para o desenvolvimento do Estado do Pará.



**FIEPA** **SESI** **SENAI** **IEL**